CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 92

Ano 30 - Outubro 2023

Aquicultura pode ser solução para aumento da demanda mundial de alimentos

Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig utiliza, de forma sustentável, recursos naturais disponíveis nas áreas rurais

Confira a entrevista com Francisco Medeiros, presidente da Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR)

ÍNDICE

14

30

12

4 **Por dentro do Conselho**

11 **Você no CRMV**
Adriana Maria Lopes Vieira: "Trabalhar na área de Saúde Pública, dentre muitos aprendizados, tornou-me mais consciente da vulnerabilidade, tanto social como dos animais"

12 **Entrevista**
"Temos a Aquicultura mais sustentável do mundo", afirma Francisco Medeiros

14 **Especial**
Solução pela demanda crescente de alimentos pode estar na Aquicultura brasileira

24 **Empreender**
Conheça os desafios para empreender na Medicina Veterinária

26 **Perspectiva**
Reinauguração oficial da sede do CRMV-SP conta com a presença de personalidades que fizeram a história da autarquia

28 **Opinião**
Principais problemas sanitários para tilapicultura brasileira

29 **Perspectiva**
Academia Brasileira de Zootecnia elege seus fundadores

30 **Fazendo a Diferença**
Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig visa promover a produção integrada de alimentos

32 **Perspectiva**
Semana do médico-veterinário aborda documentação, novas tecnologias e ética

34 **Perspectiva**
CRMV-SP cria grupo de apoio mútuo para médicos-veterinários e zootecnistas

35 **Nas Comissões**

37 **Publicações Oficiais**

37 **Transparência**

FALE COM A REDAÇÃO

Endereço: Rua Apeninos, 1.088
Paraíso - CEP: 04104-021 - São Paulo (SP)
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br

fb.com/crmvsp @crmv_sp @crmvsp

www.crmvsp.gov.br
Acesse e confira o conteúdo exclusivo.

CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 92 – 2023

Diretoria Executiva
Presidente: méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero. ***Vice-presidente:*** méd.-vet. Fábio Manhoso. ***Secretário-geral:*** méd.-vet. Fernando Gomes Buchala. ***Tesoureira***: méd.-vet. Rosemary Viola Bosch. ***Conselheiros efetivos:*** méd.-vet. Carlos Eduardo Larsson; méd.-vet. Mirela Tinucci Costa; méd.-vet. Mussi Antonio de Lacerda; méd.-vet. Rogério Arno Miranda; méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos; méd.-vet. Suely Stringari de Souza. ***Conselheiros suplentes:*** zoot. Ana Cláudia Ambiel Corral Camargo; méd.-vet. Felipe Consentini; méd.- vet. Martin Jacques Cavaliero; méd.-vet. Raphael Marco Blech Hamaoui; méd.-vet. Rodrigo Soares Mainardi. ***Chefe de gabinete:*** Renata da Silva Rezende.

Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento

Araçatuba | Rua Oscar Rodrigues Alves, nº 55, 7º andar, sala 12, Araçatuba (SP). Fone: (18) 3622-6156
E-mail: dr.aracatuba@crmvsp.gov.br

Botucatu | Rua Amando de Barros, nº 1.040, salas 601 a 604, Botucatu (SP). Fone: (14) 3815-6839
E-mail: dr.botucatu@crmvsp.gov.br

Campinas | Av. Dr. Campos Sales, nº 532, sala 23, Centro, Campinas (SP). Fone: (19) 3236-2447
E-mail: dr.campinas@crmvsp.gov.br

Marília | Av. Rio Branco, nº 936, 7º andar, conj. 73, Marília (SP). Fone: (14) 3422-5011
E-mail: dr.marilia@crmvsp.gov.br

Presidente Prudente | Av. Cel. José Soares Marcondes, nº 983, sala 61, Presidente Prudente (SP). Fone: (18) 3221-4303
E-mail: dr.prudente@crmvsp.gov.br

Ribeirão Preto | Rua Visconde de Inhaúma, nº 490, conj. 306 a 308, Ribeirão Preto (SP) . Fone: (16) 3636-0261
E-mail: dr.ribeirao@crmvsp.gov.br

Santos | Av. Almirante Cochrane, nº 194, conj. 52, Aparecida, Santos (SP). Fone: (13) 3227-6395
E-mail: dr.santos@crmvsp.gov.br

São José do Rio Preto | Rua Marechal Deodoro, nº 3.011, 8º andar. Fone: (17) 3235-1045
E-mail: dr.riopreto@crmvsp.gov.br

Sorocaba | Rua Riachuelo, nº 460, 11º andar, sala 1.101, Jardim Vergueiro, Sorocaba (SP). Fone/fax: (15) 3224-2197
E-mail: dr.sorocaba@crmvsp.gov.br

Taubaté | Rua Jacques Felix, nº 615, Centro, Taubaté (SP), caixa-postal 52. Fone: (12) 3632-2188
E-mail: dr.taubate@crmvsp.gov.br

Coordenadoria de Comunicação
Editor responsável: méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos
Jornalista responsável: Laís Domingues – MTB: 59.079/SP
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br
Redação: Gisele Donato – MTB 22.429/SP
Colaboração: Camila Garcia - MTB 60.003/SP

Sede do CRMV-SP
Rua Apeninos, nº 1.088, Paraíso,
São Paulo (SP) - CEP: 04104-021
Fone: (11) 5908-4799
www.crmvsp.gov.br

Projeto gráfico: Mota Produções
Diagramação: Gustavo Versiani | Mota Produções
Revisão: Anderson Floriano | Mota Produções
Capa: Mota Produções

Odemilson Donizete Mossero
Presidente do CRMV-SP

ACERVO CRMV-SP

O POTENCIAL DA AQUICULTURA BRASILEIRA

Um dos maiores desafios que o futuro nos apresenta é a necessidade urgente do aumento na produção de alimentos, sem que haja danos ao meio ambiente. Para isso, é preciso atuarmos baseados no conceito da saúde única, que surgiu para traduzir a união indissociável entre a saúde animal, humana e ambiental.

Neste sentido, olhar o todo se torna fundamental para garantir níveis excelentes de saúde, já que muitas doenças podem ser melhor prevenidas e combatidas por meio da atuação integrada entre a Medicina Veterinária, a Medicina Humana e demais áreas da saúde.

Apontado como celeiro do mundo, o fato é que o Brasil é um dos países com maior potencial para suprir essa demanda de alimentos estimada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO/ONU), principalmente, em se tratando de proteína animal.

E acredito que a proteína oriunda da Aquicultura é a que tem maior potencial de crescimento. É preciso lembrar que a Medicina Veterinária e a Zootecnia vão muito além do mercado pet e a Aquicultura é um segmento estratégico, inclusive, para diminuir a fome do mundo. O Brasil vem se desenvolvendo ao longo dos anos, mas precisa crescer ainda mais e as universidades têm um papel muito relevante nesse processo, com o dever de investir nessa importante área.

Temas que prezo muito são a inserção e a empregabilidade de médicos-veterinários e zootecnistas no mercado da Aquicultura. É um segmento muito amplo que me entusiasma. Os graduandos, que serão os futuros profissionais, precisam ter mais conhecimento da relevância e das possibilidades abertas no setor. A área de aquáticos dispõe de inúmeras oportunidades de trabalho, mas a formação básica é fundamental, por isso, é preciso que as instituições de ensino superior, cada vez mais, incentivem seus estudantes e invistam na promissora Aquicultura.

Dada sua relevância, nesta edição do Informativo CRMV-SP, a Aquicultura é tema da matéria especial, que traz um panorama da área, abordando o mercado e a cadeia de produção, a importância da capacitação de médicos-veterinários e zootecnistas, os desafios e gargalos, pontos positivos, inovação tecnológica, pesquisa científica, além de ornamentais.

Outro destaque é a editoria Fazendo a diferença, que ressalta o Sistema de Produção Integrada de Alimentos, conhecido como Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig, desenvolvido pelo pesquisador e zootecnista Luiz Carlos Guilherme, e que tem como principal objetivo proporcionar segurança alimentar e nutricional para famílias, capaz de produzir alimentos de forma sustentável em áreas limitadas, de reduzir a dependência externa por alimentos e também de ajudar a mitigar os impactos da fome e da má nutrição em comunidades vulneráveis. A entrevista com Francisco Medeiros, presidente-executivo da Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR) aborda o mercado brasileiro e os desafios da cadeia produtiva da Aquicultura.

Continuamos, enfim, com nosso propósito de nos aproximar cada vez mais, de nossas classes e da sociedade, orientando e debatendo a respeito dos principais temas que envolvem nossos profissionais e a importância da atuação de médicos-veterinários e zootecnistas na produção de alimentos saudáveis e seguros.

A busca pela integração de todos nós profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia será contínua. Dessa forma, sairemos fortalecidos!

Boa leitura!

CRMV-SP defende veto a EaD para cursos da área da saúde na Alesp

A Diretoria Executiva, conselheiros e membros de comissões do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) participaram, em 25/09, de painel sobre o Projeto de Lei (PL) nº 5.414/2016, a respeito do ensino a distância para cursos da área da saúde, que ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Organizado pelo Fórum dos Conselhos de Atividades Fim da Saúde (FCAFS-SP), o debate teve como objetivo apoiar a aprovação, na íntegra, do PL, que veta a modalidade EaD para a graduação em áreas da saúde, respeitando a redação original, sem substitutivos ou adição de emendas. Estiveram presentes a tesoureira Rosemary Viola Bosch; a presidente da Comissão de Entidades Veterinárias, Maria Cristina Timponi; o presidente da Comissão de Alimentos, Ricardo Moreira Calil; a integrante da Comissão de Medicina Veterinária Legal, Noeme Sousa Rocha; a conselheira, Suely Stringari de Souza; a membro da Comissão de Políticas Públicas, Juliana Kopczynski Lima; o diretor técnico médico-veterinário, Leonardo Burlini; a assessora técnica médica-veterinária, Alessandra Fonseca; e a ex-conselheira do CRMV-SP, eleita para a representar São Paulo como conselheira na próxima gestão do CFMV, Mitika Kuribayashi Hagiwara.

O evento contou com a participação do deputado federal Orlando Silva; e do representante da deputada estadual Leci Brandão, Manoel Júlio de Souza Vieira. Durante sua apresentação, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, reforçou a importância da mobilização da classe em prol da sanção do PL, e da necessidade de maior engajamento político dos profissionais, a fim de criar uma base aliada à Medicina Veterinária e a Zootecnia no Congresso Nacional.

ACERVO CRMV-SP

ACERVO CRMV-MG

Fórum dos Zootecnistas Membros do Sistema CFMV/CRMVs – O CRMV-SP participou do II Fórum dos Zootecnistas Membros do Sistema CFMV/CRMVs, em setembro, em Belo Horizonte, na sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG). Estiveram presentes o presidente, Celso da Costa Carrer, e a integrante, Célia Regina Orlandelli Carrer, da Comissão de Zootecnia e Ensino do Regional de São Paulo, além da conselheira suplente, Ana Cláudia Ambiel.

ACERVO CRMV-SP

Primeira reunião do Prodes – O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) realizou, em setembro, a primeira reunião do Programa de Desenvolvimento para os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (Prodes), na sede reinaugurada do CRMV-SP. Entre os temas abordados, estavam a aquisição de imóvel para o CRMV-PI e de equipamentos de informática para o CRMV-ES.

Representantes do CRMV-SP se reúnem com deputada estadual em Marília

O vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso, esteve em reunião com a deputada estadual Dani Alonso, ao lado da representante regional de Marília da autarquia, Elma Polegato, e do presidente da Associação dos Médicos-veterinários de Marília e Região (Amvemar), Fausto Hayashi. A importância da Zootecnia e da Medicina Veterinária esteve na pauta da conversa.

ARQUIVO PESSOAL/FÁBIO MANHOSO

Regional marca presença em evento no CRMV-AM

Em setembro, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Amazonas (CRMV-AM) realizou a Semana da Medicina Veterinária, com cursos, minicursos e palestras em celebração ao Dia do Médico-veterinário (09/09). Durante o evento, na Faculdade Nilton Lins, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, abordou as perspectivas futuras na profissão, como novas tecnologias e ensino, junto aos colegas da região.

ARQUIVO PESSOAL/ODEMILSON DONIZETE MOSSERO

CRMV-SP participa de cerimônia de posses de Regionais

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, ao lado de integrantes do Conselho Federal, marcou presença na posse de quatro presidentes de Regionais: Aruaque Lotufo Ferraz de Oliveira, de Mato Grosso; Maria Elisa de Almeida Araújo, de Pernambuco; Adolfo Yoshiaki Sasaki, do Paraná; e Nirley Vercelly Lopes Formiga, do Rio Grande do Norte.

ARQUIVO PESSOAL/ODEMILSON DONIZETE MOSSERO

ACERVO CRMV-SP

25 anos da Defesa Agropecuária - O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, participou da comemoração de 25 anos da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, em Campinas, na sede da instituição. O secretário-geral da autarquia, Fernando Gomes Buchala, que atuou como coordenador da Defesa de 2015 a 2019, também marcou presença e foi homenageado durante o evento.
Compuseram a mesa de honra, além de Mossero, Luiz Henrique Barrochelo, coordenador da Defesa; Francisco Martins, coordenador de Assistência Técnica Integral (Cati); Diógenes Kassaoka, coordenador de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro); Carlos Nabil, coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta); Willian Passos, representante da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp); e José Luiz Fontes, representando o secretário da Agricultura, Antonio Julio Junqueira de Queiroz.

ARQUIVO PESSOAL/FÁBIO MANHOSO

Associação regional de Tupã - Fábio Manhoso, vice-presidente do CRMV-SP, participou das comemorações do Dia do Médico-veterinário da Associação de Médicos-veterinários e Zootecnistas de Tupã e Região, representando a autarquia. O evento ocorreu na Casa do Médico-veterinário e contou com a presença de profissionais do município e região.

Solenidade na Câmara Municipal de São Paulo homenageia médicos-veterinários

A Câmara Municipal de São Paulo foi palco, no início de setembro, de solenidade em Comemoração ao Dia do Médico-veterinário e à Semana da Conscientização e Orientação ao Cuidado e à Saúde do Animal Doméstico (Lei 16.532/2016, de autoria da vereadora Edir Sales).

Um dos homenageados, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, em seu discurso, parabenizou o trabalho que a vereadora Edir Sales vem fazendo em prol da Medicina Veterinária e falou da necessidade de um maior engajamento político por parte da classe e sobre a importância da atuação do médico-veterinário na Saúde Única.

ACERVO CRMV-SP

Os profissionais homenageados – Dr. Edson Rodrigues; Prof. Dr. José de Alvarenga; Dra. Meire Oyafuso Ângelo; Prof. Dr. Gervasio Henrique Bechara; Dr. Odemilson Donizete Mossero, presidente do CRMV-SP; Prof. Dr. Marco Antônio Gioso e esposa, Dr. Priscila Gioso; as filhas do saudoso Prof. Dr. Kenji Iryo; Dr. Francis Magno Flosi; Dr. Silvio Batista Piotto Junior; e Dra. Natália Manzutti.

CFMV elege nova diretoria para gestão 2023/2026

A médica-veterinária Ana Elisa Fernandes de Souza Almeida será a primeira mulher a presidir o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). A eleição para a gestão 2023-2026 do CFMV foi realizada, em julho, na sede, em Brasília. Representando São Paulo, como delegados-natos, participaram do pleito o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, e o vice-presidente, Fábio Manhoso; além do secretário-geral da autarquia, Fernando Buchala, como delegado eleito, escolhido em plenária.

ACERVO CFMV

Da esq. para dir.: O secretário-geral do CRMV-SP, Fernando Buchala; o presidente do Regional, Odemilson Donizete Mossero; a presidente eleita do CFMV, Ana Elisa Fernandes de Souza Almeida; e o vice-presidente do Conselho paulista, Fábio Manhoso.

Curso aborda papel do RT em instalações de ensino e pesquisa

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal (Concea-MCTI) realizaram a 5a edição do curso "O médico-veterinário RT e sua atuação em ciência de animais usados em pesquisa", em agosto, no auditório da Uninove, em São Paulo. O objetivo foi discutir e apresentar melhores práticas para a promoção do bem-estar animal dos animais usados em pesquisas científicas.

O evento, que contou com o apoio do CRMV-SP, reuniu mais de 200 profissionais. A mesa de abertura foi composta pelo presidente do CFMV, Francisco Cavalcanti de Almeida; pela coordenadora do curso e consultora *ad hoc* do Concea-MCTI, Ekaterina Akimovna Rivera; pela coordenadora do Concea-MCTI, Kátia de Angelis Lobo D'Ávila; e pelo presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero.

ACERVO CFMV

Para conferir a matéria completa, acesse: https://crmvsp.gov.br/curso-aborda-papel-do-rt-em-instalacoes-de-ensino-e-pesquisa/

Integrantes do CRMV-SP tomam posse na ABHV

Durante a feira Pet South America 2023, realizada em agosto, na capital paulista, integrantes do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) foram empossados como membros da diretoria da Associação Brasileira de Hospitais Veterinários (ABHV) para o triênio 2023-2026.

João Abel Buck, membro da Comissão de Políticas Públicas do CRMV-SP, foi reeleito presidente da ABHV; Paulo Corte Neto, representante regional de Campinas e membro das Comissões de Entidades Veterinárias do Estado de São Paulo e de Clínicos de Pequenos Animais do Conselho, foi nomeado vice-presidente da ABHV; e Márcio Thomazo Mota, presidente da Comissão de Clínicos de Pequenos Animais e membro da Comissão de Entidades Veterinárias do Estado de São Paulo do CRMV-SP, será diretor regional do ABC e Litoral Sul na nova gestão da associação.

ACERVO CFMV

CRMV-SP participa de aula magna em São Carlos

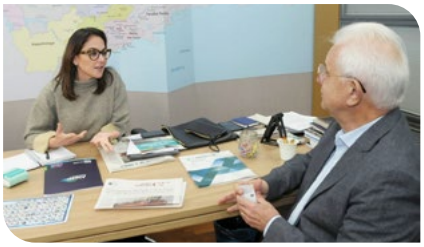
Em agosto, o médico-veterinário Fabrício Gonçalves Corrêa, coordenador do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Central Paulista (Unicep), de São Carlos (SP), recebeu o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, que apresentou a palestra "O CRMV-SP e a ética profissional", em aula magna para cerca de 200 alunos ingressantes do curso de Medicina Veterinária da instituição.

Mossero reforçou a disposição da atual gestão de se aproximar das instituições de ensino superior, como forma de orientar, trocar ideias e mostrou satisfação em falar com os estudantes do Unicep. "Precisamos ter médicos-veterinários participando mais efetivamente das decisões políticas. O médico-veterinário tem que ser mais participativo, não pode se omitir", incentivou o presidente do Regional.

ACERVO CRMV-SP

ACERVO CRMV-SP

Defesa Agropecuária de Campinas - Em visita à cidade de Campinas, representantes do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) conheceram a sede e o Laboratório Federal da Defesa Agropecuária no município. Estiveram presentes o presidente do Regional, Odemilson Donizete Mossero; o coordenador jurídico, Marcos Antonio Alves; e os representantes regionais de Campinas, José Guedes Deak e Paulo Corte Neto.



ARQUIVO PESSOAL/OLÍRIO SALLETTI LOBO

Visitas a parlamentares – Em agosto, o assessor de Gabinete para assuntos parlamentares do CRMV-SP, Olírio Salletti Lobo, visitou os gabinetes da deputada estadual Ana Carolina Serra (foto) e do deputado estadual Rafa Zimbaldi, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), e da vereadora Edir Sales, na Câmara Municipal de São Paulo. Durante os encontros, o assessor reforçou que a atual gestão do Regional está focada em estreitar o relacionamento com todas as instituições que tenham interface com a Medicina Veterinária e com a Zootecnia e/ou que realizem atividades envolvendo animais, de forma a contribuir e trabalhar em prol da Saúde Única.

ACERVO CRMV-SP

Visita de ex-presidentes do CRMV-SP e presidente do SindimVet no Regional – da esq. para dir.: o vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso; o ex-presidente do CRMV-SP, José Cezar Panetta; o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero; o ex-presidente do CRMV-SP, Jorge Antonio Chehade; e o presidente do SindimVet, Robson Leporo.

ACERVO CRMV-SP

Encontro com coordenador do Cati – O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero; o vice-presidente da autarquia, Fábio Manhoso; e o membro da Comissão de Equideocultura, Affonso dos Santos Marcos; reuniram-se com o zootecnista e coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), Francisco Rodrigo Martins. Órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a Cati tem como função promover o desenvolvimento rural sustentável. A reunião, realizada em julho, aconteceu para alinhar como as duas instituições podem apoiar-se mutuamente em prol dos interesses comuns da Medicina Veterinária e Zootecnia no Estado.

ACERVO CRMV-SP

Deputado federal e presidente da Apa visitam Regional – da esq. para dir.: o assessor para assuntos parlamentares do Conselho, Olírio Salletti Lobo; o secretário-geral e presidente da Comissão Estadual do Agronegócio, Fernando Gomes Buchala; o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero; o deputado federal Arnaldo Jardim; e o diretor-presidente da Associação Paulista de Avicultura (Apa), Érico Pozzer.

ACERVO CRMV-SP

Associação Paulista de Municípios – Membros do CRMV-SP e da Associação Paulista de Municípios (APM) se reuniram, em julho, na sede da APM, para tratar de temas relacionados ao bem-estar e controle populacional de animais, além de questões políticas a respeito da Medicina Veterinária e da causa animal.

ACERVO CRMV-SP

Conferência Anual da Abraveq – O CRMV-SP participou, em julho, da cerimônia de abertura da XXIII Conferência Anual da Associação Brasileira de Veterinários de Equídeos (Abraveq), no Expo Dom Pedro, em Campinas. O representante regional da autarquia, em Campinas, Paulo Corte Neto, compôs a mesa oficial. O evento contou com a presença de representantes de centrais de reprodução, além de setores ligados a equídeos.

ARQUIVO PESSOAL/ODEMILSON DONIZETE MOSSERO

Encontro, em Brasília, com o deputado federal Luiz Carlos Motta para tratar de EaD nos cursos de Medicina Veterinária, bem-estar animal e Agronegócio – Da esq. para dir.: O secretário-geral do Conselho, Fernando Gomes Buchala; o vice-presidente do Regional paulista, Fábio Manhoso; o deputado federal Luiz Carlos Motta; o presidente do CFMV, Francisco Cavalcanti de Almeida; e o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero.

ARQUIVO PESSOAL/ODEMILSON DONIZETE MOSSERO

Reunião, em Brasília, com deputado federal Célio Studart sobre proteção e bem-estar animal – da esq. para dir.: Fernando Gomes Buchala, secretário-geral do CRMV-SP; Fábio Manhoso, vice-presidente do CRMV-SP; Odemilson Donizete Mossero, presidente do CRMV-SP; Célio Studart, deputado federal; e Francisco Cavalcanti de Almeida, presidente do CFMV.

ARQUIVO PESSOAL/ODEMILSON DONIZETE MOSSERO

Encontro com deputado federal Arnaldo Jardim discute pautas relacionadas ao Agronegócio – da esq. para dir.: Aruaque Lotufo Ferraz de Oliveira, vice-presidente do CRMV-MT; Martin Jacques Cavaliero, presidente da Comissão Técnica de Tomada de Contas do CRMV-SP; Odemilson Donizete Mossero, presidente do CRMV-SP; Arnaldo Jardim, deputado federal; Francisco Cavalcanti de Almeida, presidente do CFMV; e Fernando Gomes Buchala, secretário-geral do Regional paulista.

CRMV-SP Escuta

Sorocaba

Segunda cidade mais populosa do interior paulista, Sorocaba recebeu, em julho, a 19ª edição do projeto CRMV-SP Escuta. O evento, que tem como principal objetivo promover a integração dos profissionais com o CRMV-SP e ouvir as demandas regionais, reuniu mais de 40 médicos-veterinários e zootecnistas do sudeste paulista.

Entre os assuntos que foram abordados e esclarecidos aos profissionais estiveram as ações de combate ao exercício ilegal da profissão, por meio de parcerias com outras entidades como a Polícia Civil e o Ministério Público; a aplicação da Política Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos; a tentativa de se estabelecer exame de proficiência para a prática da Medicina Veterinária; o processo para obtenção de títulos de especialista; a evolução tecnológica dos serviços prestados pelo Conselho; a responsabilidade técnica; e a fiscalização do CRMV-SP.

ACERVO CRMV-SP

ACERVO CRMV-SP

Universidade do Cavalo (UC), Sorocaba – comitiva do Conselho visitou as instalações da UC, especializada no treinamento para manejo, equitação e doma de equinos. O grupo foi recebido pelo médico-veterinário Aluísio Marins, diretor técnico da instituição, e pelo professor e empresário, Luiz Marins.

ACERVO CRMV-SP

Reunião com vereador Dylan Dantas – a comitiva do CRMV-SP destacou para Dantas, que, na ocasião, representou o presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, o papel da autarquia e de suas comissões técnicas para assessoramento em assuntos relacionados à Saúde Única, à Medicina Veterinária e à Zootecnia, além de ponderar sobre a necessidade de se priorizar ações da Medicina Veterinária Preventiva no município e controle de zoonoses.

Reunião com o secretário de governo de Sorocaba – comitiva do Regional se reuniu com o secretário de governo do município, Beto Maia, no Salão Hesed, no Paço Municipal. Entre os assuntos discutidos, a formatação de um encontro do CRMV-SP com os gestores dos 27 municípios que compõem a região metropolitana de Sorocaba, a qual é presidida pelo prefeito da cidade, para orientações voltadas à saúde pública e bem-estar animal. O presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero, destacou os benefícios do investimento em Medicina Veterinária Preventiva, bem como da priorização de parcerias público-privadas com clínicas médico-veterinárias já estabelecidas da cidade.

ACERVO CRMV-SP

Visita à Universidade Anhanguera, campus Sorocaba – os representantes do Conselho foram recebidos pelo coordenador educacional, Tiago Almeida, que falou da estruturação do curso e a metodologia das aulas e práticas. Da esq. para dir.: o representante regional de Sorocaba, Renato Murta; o vice-presidente do CRMV-SP e presidente da Comissão de Educação, Fábio Manhoso; o conselheiro, Felipe Consentini; o presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero; o representante regional de Campinas, Paulo Corte; o coordenador do curso de Medicina Veterinária, Tiago Almeida; a tesoureira da autarquia, Rosemary Viola Bosch; o presidente da Comissão de Políticas Públicas, Raphael Hamaoui; o presidente da Comissão de Fiscalização, Otávio Diniz; e o integrante da Comissão de Saúde Pública Veterinária, Mário Ramos.

ACERVO CRMV-SP

Deinter 7 de Sorocaba – os representantes do CRMV-SP se reuniram com o delegado de polícia e diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior Paulista (Deinter 7), Wilson Negrão. A reunião deu início às tratativas para assinatura de um termo de cooperação técnica com a Polícia Civil, com o objetivo de auxiliar na identificação de casos relacionados a maus-tratos contra animais.

Universidade de Sorocaba (Uniso) – comitiva visitou as instalações da instituição. Da esq. para dir.: o vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso; a tesoureira, Rosemary Viola Bosch; a coordenadora do curso de Medicina Veterinária da Uniso, Andreia Cristina Higa; e o presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero.

CRMV-SP Escuta

Campinas

Cidade com mais de dois mil médicos-veterinários, 40 zootecnistas e 560 empresas ativas, Campinas recebeu, em agosto, a 20ª edição do CRMV-SP Escuta, projeto que visa a aproximação com os profissionais, reuniu cerca de 90 profissionais da região e contou com a presença inédita do presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida.

Os principais temas abordados foram dúvidas a respeito da estrutura mínima de estabelecimentos médico-veterinários exigida pela Resolução CFMV nº 1.275/2019, licenciamento sanitário, especialidades na Medicina Veterinária e ações de fiscalização. Sugeridos pelos profissionais que participaram do evento, a regulamentação dos limites da inteligência artificial na Medicina Veterinária e o atendimento domiciliar a animais foram pontos que o presidente do CFMV se comprometeu a levar para Brasília para ser debatido.

ACERVO CRMV-SP

ACERVO CRMV-SP

Deinter-2 de Campinas – em visita ao Departamento de Polícia Judiciária do Interior de São Paulo 2 (Deinter 2), com sede em Campinas, e composto por outros 37 municípios, a comitiva do Conselho foi recebida pelo delegado Fernando Manoel Bardi, diretor titular, e por José Carlos Fernandes, delegado responsável pela Divisão Especializada em Investigações Criminais (Deic). Da esq. para dir.: à frente, o representante regional de Campinas, Paulo Corte; o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero; o delegado diretor do Deinter-2; o representante regional de Campinas, José Guedes Deak; o representante regional de Ribeirão Preto, Carlos Alberto D'Ávilla de Oliveira; o conselheiro Martin Cavaliero; o delegado do Deic; e o presidente da Comissão Estadual de Fiscalização, Otávio Diniz; ao fundo, o assessor jurídico e administrativo, Bruno Fassoni; o conselheiro e presidente da Comissão Técnica de Gestão, Felipe Consentini; o conselheiro Mussi Antônio de Lacerda; o presidente da Comissão de Técnica de Políticas Públicas, Raphael Hamoui; e o integrante da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária, Mário Ramos.

ACERVO CRMV-SP

Secretário do Meio Ambiente de Campinas – Rogério Menezes, secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do município, recebeu a comitiva do CRMV-SP, acompanhado do coordenador de Gestão de Animais do Departamento de Proteção e Bem-estar Animal (DPBEA) da cidade, Rodrigo Antônio Pires, e do médico-veterinário que atua no departamento, o professor Paulo Anselmo Nunes Felipe. O gestor elogiou a aproximação com o Conselho e colocou o município à disposição para auxiliar o CRMV-SP no estímulo às boas práticas e no contato com a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anama), de forma a fortalecer as pautas da Medicina Veterinária e da Zootecnia entre os gestores municipais.

ACERVO CRMV-SP

Câmara Municipal de Campinas – em reunião com Luiz Rossini, presidente do legislativo municipal, representantes do Conselho abordaram bem-estar animal, associativismo na Medicina Veterinária, censo animal, controle populacional de cães e gatos, e zoonoses.

ACERVO CRMV-SP

Reunião com o vereador Paulo Gaspar – entre as pautas abordadas pelo presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero no encontro na Câmara Municipal da cidade, associativismo na Medicina Veterinária, censo animal, controle população de cães e gatos, e zoonoses. Enquanto que o vereador se colocou à disposição para levar pautas da autarquia para o legislativo local e também ofereceu o espaço para a realização de audiências públicas sobre temas que impactem a Medicina Veterinária, a Zootecnia, o bem-estar animal e a saúde pública.

SAIU NA MÍDIA

Durante os meses de julho a setembro, os profissionais do CRMV-SP foram consultados pela mídia sobre pautas relacionadas ao uso da cannabis medicinal na Medicina Veterinária, ao ensino da Zootecnia no Estado, à maus-tratos contra animais, às regras para a instalação de creches para cães, à venda de animais, ao exercício ilegal da profissão, e à reinauguração da sede do Regional, em São Paulo.

Total de inserções na mídia

Julho	21
Agosto	22
Setembro	20
Total	**63**

Veículos

Estadão, Folha de S. Paulo, G1, Revista Cães e Gatos, Portal Terra, TV Bandeirantes, Revista Clínica Veterinária, Jovem Pan, Grupo Cruzeiro do Sul (jornal, rádio e portal).

ACERVO CRMV-SP

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, concedeu entrevista ao Jornal da Manhã, da Rádio Jovem Pan Sorocaba, durante passagem pelo município para a realização do projeto CRMV-SP Escuta. Participou do programa ao vivo também o conselheiro e presidente da Comissão de Gestão do CRMV-SP, Felipe Consentini. Ambos foram recebidos pelo apresentador e diretor da emissora, Kiko Pagliato, e pela apresentadora Rosana Pires. Mossero falou sobre a agenda de compromissos na região, que incluiu reuniões com gestores públicos e visitas a universidades e centros de treinamento, e Consentini reforçou a importância das parcerias público-privadas entre municípios e clínicas veterinárias para a ampliar a capilaridade de atendimento aos animais.

ACERVO CRMV-SP

Em entrevista ao Jornal da Cruzeiro, da Rádio Cruzeiro do Sul FM, de Sorocaba, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, ao lado da tesoureira da autarquia, Rosemary Viola Bosch, ressaltou que com o avanço da Medicina Veterinária, nos últimos 40 anos, a melhoria da alimentação animal e a atenção dada pelos tutores possibilitaram que a expectativa de vida de cães e de gatos mais que dobrou. Outros temas abordados foram zoonoses e saúde pública, além da orientação para as parcerias público-privadas.

Movimentação dos Processos Éticos*

Denúncias recebidas:	68
Denúncias arquivadas:	25
Processos éticos instaurados:	43
Processos éticos julgados:	38

Fiscalizações*

Empresas inscritas fiscalizadas:	2818
Empresas não inscritas:	802
Autos de infração lavrados:	2111
Fiscalizações no período:	3620

Total de empresas fiscalizadas por Urfa's*

Sede:	1290
Marília:	249
Campinas:	252
Sorocaba:	183
Taubaté:	279
São José do Rio Preto:	216
Araçatuba:	215
Santos:	136
Ribeirão Preto:	293
Botucatu:	296
Presidente Prudente:	221

*Período: julho, agosto e setembro/2023

ACERVO CRMV-SP

ADRIANA MARIA LOPES VIEIRA: "TRABALHAR NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA, DENTRE MUITOS APRENDIZADOS, TORNOU-ME MAIS CONSCIENTE DA VULNERABILIDADE, TANTO SOCIAL COMO DOS ANIMAIS"

Médica-veterinária é presidente da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do CRMV-SP

A escolha pela Medicina Veterinária aconteceu aos nove anos de idade, quando Adriana Maria Lopes Vieira assistia a uma série de TV chamada "Dakitari". "Mostrava as aventuras de um médico-veterinário e seu amor pelos animais, em especial pelo leão vesgo Clarence. Eram animais selvagens, então, meu sonho era trabalhar nessa área", relembra a profissional que hoje é presidente da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), e integra a Comissão Técnica de Políticas Públicas da autarquia.

Graduada em Medicina Veterinária pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), com especialização em Saúde Pública e em Administração de Serviços de Saúde e mestrado em Epidemiologia Aplicada às Zoonoses, na mesma instituição, Adriana gerenciou os Centros de Controle de Zoonoses de São Paulo e de Guarulhos (SP) e, atualmente, é diretora técnica I do Instituto Pasteur, atuando na Vigilância e Controle da Raiva, tanto no instituto quanto na Vigilância Sanitária de Guarulhos.

Até o terceiro ano da faculdade, Adriana seguia com a ideia de trabalhar na área de animais selvagens, inclusive, direcionando sua formação para isso. Mas, no último semestre, quando teve a disciplina de Zoonoses, com aulas práticas no Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo, começou seu amor pela área de Saúde Pública, onde atua há mais de 33 anos.

"Antes de completar dois meses de formada, iniciei minha vida profissional como educadora sanitária junto à Divisão de Controle de Zoonoses da Prefeitura de Guarulhos. Houve muitas experiências relevantes ao longo de minha carreira, trabalhar na área de Saúde Pública, dentre muitos aprendizados, tornou-me mais consciente da vulnerabilidade, tanto social como dos animais", enfatiza.

Porém, uma experiência que marcou profundamente a carreira de Adriana e, certamente, foi o despertar para a importância da Saúde Única e do Bem-estar Único, bandeiras que defende incessantemente, aconteceu durante um evento, em 1995. Adriana ressalta que até então, nas ações de Saúde Pública, não era comum ser considerado o bem-estar dos animais, que, em geral, eram vistos como risco à saúde das pessoas, sendo preconizada a eliminação, não raramente, a partir de métodos hoje considerados cruéis.

"Tive o prazer de participar da I Conferência Internacional Pet Respect, organizada pela então WSPA (World Society for the Protection of Animals), atualmente WAP (World Animal Protection), em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), que trouxe, pela primeira vez ao Brasil, a metodologia de manejo humanitário de populações de cães e gatos e o conceito de guarda responsável de animais. A partir daquele momento, juntamente como outros médicos-veterinários e representantes da sociedade civil organizada, iniciamos uma luta para que as ações de Saúde Pública considerassem o bem-estar dos animais", salienta Adriana.

A relação mais direta com o CRMV-SP se deu em 2006, quando Adriana gerenciava o Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo e foi convidada, pelo então presidente da autarquia Francisco Cavalcanti de Almeida, para compor a Comissão de Saúde Pública Veterinária. "No momento da posse, descobri que havia sido nomeada para compor mais duas comissões, a de Bem-estar Animal e a de Relações Interinstitucionais. Apesar da surpresa, aceitei o desafio e foi muito gratificante."

A médica-veterinária afirma, ainda, que o Conselho sempre apoiou as sugestões relacionadas à Saúde Pública e Saúde Única, emanadas pela Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária, e que houve muitos avanços, inclusive em conjunto com outras comissões técnicas. "Foram organizados eventos para atualização não só dos médicos-veterinários e zootecnistas, mas da população. Elaboramos documentos técnicos e tivemos participação em fóruns, grupos técnicos interprofissionais e conferências de saúde, dentre outras ações. Também tivemos contato com membros do Legislativo e, a partir de esclarecimentos prestados, conseguimos a retirada de um Projeto de Lei (PL) que interferia negativamente na ação dos profissionais e na saúde e bem-estar dos animais, sendo acatada a sugestão de um outro PL proposto."

Com relação à atuação do CRMV-SP para a valorização de médicos-veterinários e zootecnistas, Adriana ressalta que o trabalho é incessante. "Uma grande iniciativa é o CRMV-SP Escuta que, a meu ver, aproximou o Conselho dos profissionais. É a oportunidade que temos de tirar dúvidas, solicitar apoio, expor problemas que interferem em nossa atividade profissional, dentre outros."

Ao longo de sua experiência com Saúde Pública Veterinária, Adriana considera que, embora tenha havido grandes avanços, ainda há muito a ser feito na área. Como exemplo, a médica-veterinária cita a importância do reconhecimento dos estabelecimentos médico-veterinários – consultórios, clínicas, hospitais, laboratórios, centros de diagnósticos e outros serviços médicos-veterinários – como estabelecimentos de saúde. Por outro lado, há a necessidade de reestruturação da rede de Vigilância em Saúde, em especial da vigilância de zoonoses, e sua ampliação por meio da inclusão dos estabelecimentos médicos-veterinários privados, já citados, respeitando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), dentro da visão da Saúde Única.

"A incorporação do conceito de Saúde Única pelo SUS é um importante passo para conceber soluções adaptáveis, prospectivas e multidisciplinares para o enfrentamento dos desafios que, sem dúvida, temos pela frente", conclui. ■

"TEMOS A AQUICULTURA MAIS SUSTENTÁVEL DO MUNDO", AFIRMA FRANCISCO MEDEIROS

TEXTO PEIXE BR

Presidente da Peixe BR ressalta ainda que agroindústrias nacionais são as mais eficientes, sendo competitivas diante de um desafio enorme que se chama "Custo Brasil"

Em entrevista ao **Informativo CRMV-SP**, Francisco Medeiros, presidente-executivo da Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR), diretor da Divisão da Cadeia Produtiva da Pesca e da Agricultura do Departamento do Agronegócio (Deagro) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e membro do Comitê Assessor Externo da Embrapa Pesca e Aquicultura, falou sobre o mercado brasileiro, os maiores obstáculos enfrentados pelos produtores e os caminhos a serem trilhados para que a cadeia produtiva conquiste mais consumidores.

Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Uberlândia (MG), Medeiros, que é membro do Conselho do Agronegócio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Comissão de Aquicultura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), abordou, ainda, sobre sustentabilidade na produção e sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura 2022-2032 (PNDA). Leia na íntegra:

1- A produção de peixes cultivados no Brasil é a que mais cresceu nos últimos 10 anos, atingindo 860.355 mil toneladas em 2022, e movimenta cerca de R$ 9 bilhões/ano, gerando um milhão de empregos diretos e dois milhões de indiretos, com crescimento de 5% ao ano. Como o senhor analisa o momento atual do mercado brasileiro?

O consumo *per capita* de pescado pelo brasileiro é um dos mais baixos do mundo ocasionado, principalmente, pela pouca oferta de produtos de qualidade oriundos da Aquicultura. Somente nos últimos 10 anos houve maiores investimentos neste setor por parte da iniciativa privada, levando a uma corrida por produção desta proteína e promovendo esta taxa de crescimento que deve perdurar pelas próximas duas décadas.

2- Atualmente, o brasileiro consome, em média, quatro quilos/*per capita*/ano de peixes cultivados em redes ou tanques, sendo que a média entre cultivados e capturados chega a 10 quilos/*per capita*/ano. Um percentual ainda bem distante em relação ao consumo das demais proteínas de origem animal, como carnes bovinas, suínas e de aves. Qual o caminho que a cadeia produtiva deve trilhar para conquistar o consumidor e o mercado nacional diante das demais proteínas?

O caminho é bem simples, continuar no processo de aumento da produção de peixes de cultivo. Não há outra saída. A produção de pescado oriundo da pesca está em queda no mundo e, no Brasil, não é diferente, ocasionada por políticas equivocadas que estimulam a sobrepesca.

Hoje, a produção de peixes de cultivo, capitaneado pela tilápia, tem um perfil de negócio muito próximo a outras proteínas, como suínos e aves, e a participação da agroindústria dessas cadeias no negócio de peixes e cultivo tem incrementado de forma bastante significativa esse crescimento, pois são empresas que já desenvolveram tecnologias de produção, processamento e, principalmente, de comercialização.

3- No cenário mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) acredita que estratégia e investimento certos podem aumentar a produção da Aquicultura em 35% até 2030 e, nesse contexto, o Brasil tem grande potencial para crescer. Quais os maiores obstáculos enfrentados pela cadeia de produção da Aquicultura brasileira e que podem inibir o crescimento da área e até mesmo as exportações?

Os maiores obstáculos são os marcos regulatórios governamentais, estaduais e federais, começando pela grande insegurança jurídica ambiental proporcionada, em sua maioria, por legislações estaduais totalmente equivocadas e acompanhadas por uma política tributária, que onera mais a Aquicultura do que as outras proteínas de origem animal.

A taxa de crescimento do setor é muito maior do que a velocidade de compreensão do Estado sobre a atividade, considerando-a, na maior parte das unidades federativas, como uma atividade de alto impacto ambiental e sem importância para segurança alimentar, ou seja, políticas governamentais equivocadas.

4- O Brasil é o 4º maior fornecedor mundial de tilápia e grande parte das empresas produtoras dessa espécie também produzem aves e suínos. Sejam em agroindústrias ou cooperativas, essa pode ser uma boa oportunidade para ampliar o mercado de pescados. Qual a chave para o sucesso cada vez maior desse tipo de negócio?

Tornamos-nos grandes produtores e exportadores de proteína de origem animal em função do perfil empreendedor rural de nosso produtor e, principalmente, pela grande oferta que temos de insumos para produção de ração animal, o que nos torna independentes, sem necessidade de fornecedores internacionais.

Junto a tudo isso, nossas agroindústrias são as mais eficientes do mundo, sendo competitivas diante de um desafio enorme que se chama "Custo Brasil". Esse aprendizado de ter sucesso dentro de um ambiente hostil, quanto à legislação ambiental, tributária, trabalhista e outras pedras no caminho do empreendedor rural brasileiro, qualificou essas empresas a serem competitivas na produção de tilápia, pois segue a mesma lógica já experimentada por suínos e aves. Por isso, hoje, grande parte das empresas produtoras de aves e suínos estão produzindo tilápia e essa participação deve aumentar nos próximos anos.

Agora, o mais importante é o consumidor. As agroindústrias têm a mágica de chegar a todos os pontos de venda de alimentos no Brasil e, ao apresentar a tilápia, como já acontece com suínos e aves, o consumidor verifica que se trata de um produto de qualidade e seguro.

5- A sustentabilidade na produção, a qualidade e a sanidade dos produtos são compromissos altamente relevantes para qualquer cadeia de produção de alimentos de origem animal. Como o senhor avalia esses aspectos na cadeia produtiva da Aquicultura no Brasil?

Hoje, nós temos a Aquicultura mais sustentável do mundo, começando pela rigorosa legislação ambiental, uma base de ingredientes para ração de origem vegetal e um sistema de vigilância sanitária, mesmo diante de um Brasil continental sem estrutura para implementar essa política.

6- Em sua opinião, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura 2022-2032 (PNDA) abre um horizonte mais propício para o desenvolvimento da área?

Na realidade o PNDA é uma luz para caminhar em uma trilha de futuro incerto, mas ele ajuda, principalmente, a nortear os governos com relação ao que pensa o setor quando se tratam de políticas de médio e de longo prazo, pois, no Brasil, é comum a cada mudança de dirigente mudar também a política daquele setor, o que é péssimo para qualquer negócio, porém não é garantia que o governo vai seguir, trabalhamos para que isso aconteça, pois foi um grande esforço sua construção.

É importante destacar que, atualmente, temos uma defasagem de políticas de vigilância sanitária aquícola no Brasil, começando pelas universidades que não focam neste segmento do Agronegócio e, principalmente, nas instituições de vigilância que não se preocupam em capacitar seus técnicos nessas áreas, preferindo ignorá-las, ou seja, temos legislações modernas, mas é como se não existissem. ■

FLICKR

SOLUÇÃO PELA DEMANDA CRESCENTE DE ALIMENTOS PODE ESTAR NA AQUICULTURA BRASILEIRA

Para maximizar o potencial e contribuir para um crescimento saudável do setor, é fundamental desenvolver regulamentações rigorosas, práticas de manejo sustentáveis e tecnologias

Por possuir um litoral com mais de oito mil quilômetros de extensão e 12% da água doce disponível no planeta, o Brasil tem todas as condições favoráveis para a Aquicultura. Porém, os números do mercado mostram que, nos últimos anos, apesar do consumo de pescado no País ter aumentado, ainda é pequeno (cerca de nove quilos por habitante/ano) e fica abaixo do mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde que é de 12 kg/habitante/ano.

Para o zootecnista Luiz Marques da Silva Ayroza, pesquisador científico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Apta/SAA) e membro efetivo da Comissão Técnica de Aquicultura do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), mesmo apresentando vantagens naturais como um extenso litoral e a abundância de disponibilidade de água doce, o mercado da Aquicultura brasileira enfrenta desafios e oportunidades que moldam a sua dinâmica.

"O baixo consumo de pescado *per capita* é um aspecto a ser considerado, mesmo que tenha ocorrido um aumento nos últimos anos, pode ser resultado de vários fatores, incluindo a preferência histórica pela proteína de carne bovina, suína e aves em algumas regiões; a falta de conscientização sobre os benefícios nutricionais do pescado; e questões econômicas que afetam o acesso da população a esse tipo de alimento", afirma Ayroza.

O zootecnista destaca, ainda, que a Aquicultura brasileira tem contribuído para a produção de pescado no País, reduzindo a dependência dos importados. As espécies cultivadas variam, incluindo tilápia, camarão, truta e outros peixes de água doce e salgada. No entanto, Ayroza ressalta que existem desafios que limitam o seu pleno potencial, como questões de infraestrutura, regulamentação, acesso a tecnologias avançadas, questões ambientais e de sustentabilidade, além da competição entre a pesca artesanal, tradicional e industrial.

"Para maximizar o potencial da Aquicultura no Brasil é fundamental um esforço conjunto do governo, da indústria e da sociedade civil. Portanto, investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, educação sobre os benefícios nutricionais do pescado, melhoria das infraestruturas de produção e logística, além da desburocratização e simplificação das regulamentações, e incentivos econômicos adequados, podem contribuir para um crescimento saudável e sustentável do setor", enfatiza o zootecnista.

A médica-veterinária Agar Costa Alexandrino de Perez, presidente da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP, pesquisadora científica nível VI do Instituto de Pesca, ligado a Apta/SAA, e membro da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet), explica que a cadeia produtiva da piscicultura envolve vários elos, tais como: a produção de equipamentos, produção de alevinos, fabricação de rações, engorda de peixes, unidades de abate e processamento, redes de comercialização, cooperativas e associações, assistência técnica e universidades.

"Devido ao sucesso que a piscicultura vem apresentando, a demanda por médicos-veterinários e zootecnistas para serviços de assessoria e consultoria tem aumentado. Contudo, o conhecimento

PIXABAY

da área pelos interessados é deficitário e, consequentemente, não atende às necessidades do produtor, sendo substituído por profissionais mais qualificados de outras áreas. Algumas empresas privadas e órgãos estaduais e federais vêm administrando palestras, cursos, de forma presencial ou virtual, com a finalidade de atender à demanda existente no setor, mas que ainda é insuficiente se comparado ao leque de oportunidades oferecidas", alerta Agar.

Potencial do mercado e relevância econômica dentro do Agronegócio

O potencial do mercado brasileiro da Aquicultura é indiscutível, mesmo assim, o País importa mais de um bilhão de reais em pescados anualmente e possui uma balança comercial negativa na área. Ayroza salienta que para os aquicultores aumentarem a produção aquícola nacional e se tornarem protagonistas no mercado brasileiro e mundial, é essencial que haja uma abordagem integrada para enfrentar os desafios.

"O que envolve a colaboração entre o governo, instituições de pesquisa, setor privado e sociedade civil para promover investimentos em pesquisa e desenvolvimento, fornecer assistência técnica aos aquicultores, simplificar a regulamentação, facilitar o acesso a financiamento e promover práticas sustentáveis de produção. Com o devido apoio e abordagem estratégica, o Brasil tem todas as condições para se destacar como um líder na indústria aquícola global", afirma o zootecnista.

A demanda crescente por produtos do mar, a busca por fontes alternativas de proteína e as preocupações com a sustentabilidade impulsionam o crescimento do setor. Neste cenário, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura 2022-2032 (PNDA) também pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento da área.

"Planos e políticas nacionais podem criar um ambiente mais favorável ao investimento, inovação e crescimento sustentável. No entanto, os resultados dependem da implementação eficaz do Plano e da colaboração entre diferentes setores governamentais, indústrias e partes interessadas. É importante ressaltar que, apesar dos benefícios econômicos, a Aquicultura também enfrenta desafios, como questões ambientais, de saúde animal, regulatórias e de sustentabilidade. Portanto, um desenvolvimento equilibrado e responsável da atividade é fundamental para garantir seus benefícios econômicos a médio e em longo prazo", enfatiza Ayroza.

Para o médico-veterinário Claúdio Régis Depes, presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal e integrante das comissões de Saúde Pública Veterinária e Aquicultura do CRMV-SP, o Brasil ainda não é um país de grande destaque no cenário mundial da produção aquícola. Entretanto, além do extenso litoral e da abundância de água doce, o País tem a vantagem de contar com grande produção de grãos, necessária à produção de rações/alimentação, bem como com espécies nativas com potencial de exploração comercial.

A produção de pescado no Brasil saltou de 578 mil toneladas em 2014 para pouco mais de 802 mil toneladas no ano de 2020, de acordo com dados da Associação Brasileira da Piscicultura. "Apesar do aumento do volume nas exportações da piscicultura nos últimos anos, ainda há pouca competitividade e o *déficit* na balança comercial é substancial. O caso da tilapicultura é um bom exemplo de desenvolvimento, seu crescimento nas exportações é relevante, principalmente, nos últimos três anos", afirma Depes.

O incentivo à exportação no setor da carcinicultura, voltada ao cultivo de camarão em cativeiro, é prioridade, uma vez que ela assume uma *commodity* de valor, pela experiência e destaque nas exportações em tempos passados. Já a malacocultura (mexilhões e vieiras) e a algicultura (macroalgas) também requerem atenção nas oportunidades de negócios e com o controle sanitário para, em breve, realizar exportações. "Outra oportunidade neste segmento da exportação é aliar as empresas de proteína animal ao setor da Aquicultura. Estas favorecem a comunicação, acordos e venda dos nossos produtos no mercado externo, principalmente, quando os países importadores estão aumentando as suas demandas", argumenta Depes.

A Aquicultura – criação e cultivo de organismos aquáticos como peixes, crustáceos, moluscos e algas –, desempenha um papel cada vez mais relevante dentro do Agronegócio e da economia global. Para Ayroza, sua importância econômica deriva de vários fatores, como:

- **Suprimento de proteína**: a Aquicultura contribui significativamente para o fornecimento de proteína animal à população mundial. Com a crescente demanda por alimentos de origem animal, especialmente em regiões onde a pesca artesanal e tradicional é limitada, a Aquicultura oferece uma fonte sustentável de proteína;
- **Geração de empregos**: a indústria da Aquicultura gera empregos diretos e indiretos, desde a produção nos empreendimentos aquícolas até o processamento, distribuição e venda dos produtos aquáticos. Isso ajuda a contribuir para as economias locais e nacionais;
- **Exportações e balança comercial**: muitos países utilizam a Aquicultura como uma forma de transferência de suas exportações, melhorando sua balança comercial. A produção aquícola pode ser uma fonte de receita significativa quando os produtos são exportados para mercados internacionais;
- **Segurança alimentar e redução da pressão sobre os oceanos**: a Aquicultura pode ajudar a reduzir a pressão sobre os estoques de peixes naturais, que muitas vezes estão ameaçados pela pesca excessiva. Isso contribui para a segurança alimentar e a conservação dos recursos marinhos;
- **Inovação tecnológica**: a Aquicultura tem impulsionado a inovação em tecnologias relacionadas ao cultivo, monitoramento e manejo de espécies aquáticas. Isso também pode ter efeitos positivos em outros setores da economia.

Do ponto de vista regulatório, o zootecnista Luiz Marques da Silva Ayroza, integrante da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP, afirma que os principais desafios enfrentados pelos produtores na área da Aquicultura, no Brasil e em outros países, incluem:

- **Licenciamento e regularização**: um dos principais desafios para os produtores na Aquicultura é o processo de licenciamento e regularização de suas operações. O Brasil possui uma legislação complexa e variada em nível federal, estadual e municipal, o que pode resultar em processos burocráticos demorados e custosos;
- **Regulação ambiental**: as atividades aquiculturais, muitas vezes, têm impactos ambientais que precisam ser controlados e regulamentados. Encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento da indústria e a preservação ambiental é um desafio constante;
- **Normas sanitárias e de qualidade**: são essenciais para garantir a segurança alimentar e a qualidade dos produtos aquícolas. No entanto, a implementação e fiscalização dessas normas podem ser complexas, especialmente, em operações de pequena escala;
- **Cessão de uso de Águas da União e Estaduais**: a utilização de áreas costeiras e corpos d'água para a aquicultura continental pode entrar em conflito com os usos múltiplos, como a pesca artesanal, tradicional, industrial, turismo e as comunidades tradicionais;
- **Acesso ao financiamento**: muitos aquicultores, principalmente os de pequeno e médio porte, enfrentam dificuldades para obter financiamento com o objetivo de iniciar ou de expandir suas operações.

Ações do poder público para promover o desenvolvimento da Aquicultura brasileira:

- **Simplificação dos processos de licenciamento e autorizações**: tornando-os mais acessíveis aos pequenos, médios e grandes produtores;
- **Desenvolvimento de normas claras**: que regulem todas as fases da produção aquícola, desde o cultivo até a comercialização, abordando questões ambientais, sanitárias e de qualidade do pescado;
- **Incentivos financeiros**: oferecer linhas de crédito e subsídios para investimentos em Aquicultura, especialmente para pequenos e médios produtores;
- **Capacitação e assistência técnica aos produtores:** ajudando-os a implementar as melhores práticas de cultivo, gestão e conformidade regulatória;
- **Monitoramento e fiscalização eficientes**: para garantir o cumprimento das regulamentações e prevenir impactos negativos no meio ambiente;
- **Estímulo à pesquisa**: para promover a inovação na Aquicultura, incluindo o desenvolvimento de técnicas mais sustentáveis e eficientes.
- Fonte: Luiz Marques da Silva Ayroza/ Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP

Combate à insegurança alimentar

Diante do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual aponta que, com o aumento da população global até 2050, o mundo terá de aumentar em 50% a produção de alimentos, a Aquicultura, de fato, pode fazer a diferença.

"A Aquicultura brasileira poderia desempenhar um papel crucial na abordagem das crescentes demandas globais por alimentos, especialmente de proteínas, contribuindo para o combate a insegurança alimentar em muitas partes do Brasil e do mundo", enfatiza Ayroza.

No entanto, é crucial garantir que a expansão da Aquicultura seja realizada de maneira responsável, levando em consideração as questões ambientais, sociais e econômicas. O manejo inadequado pode levar a problemas como poluição da água, propagação de doenças entre os animais cultivados e impactos negativos nas comunidades locais.

"Portanto, é necessário o desenvolvimento de regulamentações rigorosas, práticas de manejo sustentáveis e tecnologias abrangentes para garantir que a Aquicultura cumpra seu potencial como solução para a demanda crescente de alimentos e a insegurança alimentar", afirma o zootecnista.

Ayroza aponta algumas das razões pelas quais a Aquicultura brasileira poderia ser uma solução adequada:

- **Aumento da produção de alimentos**: é uma maneira eficiente de produzir proteínas animais, como peixes, camarões, moluscos entre outros, de forma mais rápida e em um espaço menor em comparação com a pecuária tradicional. Isso ajudaria a atender à crescente demanda por alimentos de origem animal;
- **Sustentabilidade**: pode ser planejada e executada de maneira sustentável, minimizando o impacto ambiental. As práticas modernas incluem a criação em sistemas fechados, monitoramento da qualidade da água e uso responsável de recursos naturais;
- **Inovação e tecnologia**: a Aquicultura moderna envolve uma variedade de técnicas e tecnologias avançadas, como sistemas de recirculação de água, seleção genética e monitoramento automatizado. Investir em pesquisa e desenvolvimento nessa área pode aumentar a eficiência da produção, reduzir o uso de recursos e melhorar a qualidade dos alimentos produzidos;
- **Segurança alimentar**: pode ser um recurso vital para combater a insegurança alimentar, fornecendo uma fonte confiável de alimentos nutritivos para comunidades locais e globais. Especialmente em regiões onde a pesca oceânica está ameaçada ou já esgotada, a Aquicultura continental e marinha podem preencher essa lacuna;
- **Criação de empregos**: diretos e indiretos em várias etapas da cadeia de produção, desde a criação e o manejo dos animais até o processamento e a distribuição dos produtos;
- **Redução da pesca predatória**: o crescimento da Aquicultura pode reduzir a pressão sobre os estoques de peixes, muitos dos quais estão sendo pescados além de níveis sustentáveis.

Maiores desafios e gargalos da Aquicultura brasileira

Para o médico-veterinário Claúdio Régis Depes, há vários obstáculos a serem transpostos para o bom desenvolvimento da Aquicultura nacional e dentre os principais limitantes está a regularização ambiental. "Há exigências que são imprescindíveis, mas de difícil cumprimento na legalização ambiental de estabelecimentos aquícolas. Atualmente, o licenciamento é responsabilidade dos estados, porém, em alguns não há uma legislação específica."

Outro problema apontado por Depes é a informalidade ainda presente no setor, talvez por falta de informações necessárias ou, ainda, por inadequação de ordem ambiental, o que redunda em uma quantidade considerável de estabelecimentos sem cadastrado/registro em órgãos afins.

"Dessa forma, fica difícil se conhecer oficialmente o universo da Aquicultura nacional. Todo setor que demanda ação pública, reconhecimento, investimento público tem que ser 'legalizado'. Torna-se necessária a disponibilização de dados/informações que gerem estatísticas mais qualificadas e georreferenciadas, capazes de possibilitar a tomada de decisão mais dinâmica com a prevenção de situações de risco", explica o médico-veterinário.

As questões de ordem sanitária são outro gargalo, pois existe uma pequena quantidade de laboratórios credenciados para análises de diagnósticos de doenças de animais aquáticos. "Falta um levantamento/inventário oficial de principais problemas sanitários, em nível nacional. Também o estabelecimento e edição de um Plano de Contingência específico para os casos de emergências zoossanitárias em animais aquáticos e a necessidade de se habilitar médicos-veterinários autônomos na execução do programa nacional de sanidade, como em outras cadeias de produção, e há falhas na rastreabilidade", pontua Depes.

O médico-veterinário ressalta que há pouca ou nenhuma utilização de seguros aquícolas, que devem atender às especificidades das espécies de cultivo, conduzindo à estabilidade do negócio, proporcionando menores riscos e segurança para investidores. Além disso, são raras as iniciativas de assistência técnica e extensão voltadas à cadeia aquícola, principalmente para apoiar e orientar o pequeno produtor, difundindo conhecimentos e tecnologias inovadores para a modernização, competitividade e sustentabilidade da produção.

FREEPIK

Para Agar, uma vez que os gargalos são conhecidos pelo setor, é necessário que haja o compromisso dos produtores e do Poder Público para serem enfrentados os principais desafios que afrontam diversos países, como o crescimento da população mundial; a preocupação com a segurança alimentar; e a sustentabilidade ambiental, visto que estas demandas ocorrem de forma simultânea.

"Em 2016, a FAO estimou que a população mundial, em 2050, será de nove bilhões de pessoas e para alimentar essa população será necessário aumentar a produção de alimentos em mais de 200 milhões de toneladas, até alcançar os 400 milhões. Para atingir essa meta será necessária a proteína animal vinda do pescado, proveniente da Aquicultura, pois o que se sabe é que apenas a produção de carnes bovina, suína e de frango não será suficiente para suprir a demanda, reafirmando o potencial da produtividade do setor aquícola", afirma a pesquisadora.

Mesmo com todos os obstáculos referidos, é inegável que na atualidade há um enorme potencial de expansão da Aquicultura nacional, pois o Brasil conta com imensos recursos hídricos, grande produção de grãos necessária à alimentação dos animais, considerável mercado consumidor, clima favorável, excelentes centros de pesquisas tecnológicas, e boa infraestrutura com capacidade empreendedora.

"Sendo assim, com esses atributos, em todos os ramos da Aquicultura, o País tem capacidade de ser um grande produtor de pescado, atendendo as suas necessidades internas e com aptidão para ser um grande exportador", enfatiza Depes.

Maiores produtores de peixe de cultivo do Brasil:
1º Paraná – **194.100** toneladas
2º São Paulo – **83.400** toneladas
3º Rondônia – **57.200** toneladas
4º Minas Gerais – **54.700** toneladas

Fonte: Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), 2022

Maiores produtores de camarão do País:
1º Ceará – **35.000** toneladas
2º Rio Grande do Norte – **22.000** toneladas
3º Paraíba – **7.200** toneladas
4º Bahia – **5.200** toneladas

Fonte: Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), 2022

Sustentabilidade

"Como a atividade demanda muito dos recursos naturais como água, energia e solo, é necessário que se faça a sua devida gestão e racionalização. Com isso, a aquicultura sustentável significa produzir de forma lucrativa, com conservação dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento social", afirma Depes.

O médico-veterinário destaca, ainda, que as modestas emissões de gases de efeito estufa demonstram vantagem da atividade em comparação à pecuária terrestre, em particular bovinos, ovinos e caprinos, e se deve em grande parte à ausência de metano entérico das espécies aquáticas, além da alta fertilidade e baixas taxas de conversão alimentar.

Depes salienta que, mesmo assim, as ações que promovam e apoiem a otimização do uso e reuso de água, a implementação de tecnologias de produção com uso de fontes alternativas de energia renovável, e os processos para baixa emissão e captação de carbono precisam ser incentivadas. Fomentar as diretrizes nacionais e ações de desenvolvimento da Aquicultura para produção de organismos aquáticos dentro dos princípios da sustentabilidade é o caminho a ser trilhado.

"Com a agenda global 2030 da ONU, a sustentabilidade tem sido pauta primordial nos principais setores da economia. A Aquicultura está caminhando mais ativamente

em prol de sistemas de produção e ações mais sustentáveis. Estas adequações podem alcançar também outros nichos de consumidores, mercados internacionais e novos, como o de crédito de carbono. A segurança alimentar também é outro ponto importante, uma vez que está relacionada diretamente com a sustentabilidade", afirma Depes.

Pontos positivos

O médico-veterinário Carlos Massatoshi Ishikawa, membro da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP, entende como pontos positivos para a Aquicultura brasileira, o aproveitamento da vastidão territorial, em sua maior parte ocupando a região tropical, rica em bacias hidrográficas, onde se destaca a Bacia Amazônica; a existência de aproximadamente cinco milhões de hectares de águas represadas (açudes, hidrelétricas ou consumo humano) e mais de 8 mil quilômetros de costa; além do fato de acarretar na diminuição da pressão de captura de organismos aquáticos na natureza.

"O Brasil tem crescido muito no tocante à Aquicultura, sendo impulsionado pela entrada de grandes empresas, tomando assim um aspecto de atividade realmente empresarial, mas não podemos esquecer os pequenos produtores e a agricultura familiar, que podem garantir a sustentabilidade da atividade, principalmente se pensarmos na sustentabilidade social. Acredito que com a Aquicultura responsável, podemos tirar muito mais proveito desta atividade, que poderá fornecer alimento de qualidade com o devido controle, desde o ambiental até o processamento do pescado, passando pelo manejo adequado", salienta Ishikawa.

Para Depes, a geração de trabalho e renda, o aumento da oferta de pescado (alimento rico e nutritivo), a diminuição da sobrepesca, a recomposição e o repovoamento de diversos organismos aquáticos e a atuação no combate a fome e a pobreza são exemplos de impactos positivos da Aquicultura nacional.

"Com uma melhor interação entre os diversos componentes da cadeia produtiva, maiores investimentos públicos e privados no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas e extensão, respeito e adequação ao tema ambiental, e atenção às questões de ordem sanitária e de bem-estar animal, o País terá plenas condições de se tornar, assim como nas áreas de produção de outras proteínas animais, um dos grandes produtores e exportadores de pescado oriundos da Aquicultura", ressalta o presidente da Comissão de Saúde Animal do CRMV-SP.

Modalidades da Aquicultura

- Piscicultura – criação de peixes;
- Carcinicultura – criação de camarões;
- Ranicultura – criação de rãs;
- Malacocultura – criação de moluscos, ostras e mexilhões;
- Algicultura – cultivo de alga (modalidade praticada em menor escala);
- Quelonicultura – criação de tartarugas e tracajás;
- Jacaricultura – criação de jacarés.

Espécies mais comuns na atividade aquícola por região

- Norte: tambaqui, pirarucu e pirapitinga;
- Nordeste: tilápia e camarão marinho;
- Centro-oeste: tambaqui, pacu e pintados;
- Sudeste: tilápia, pacu e pintados;
- Sul: carpas, tilápia, jundiá, ostras e mexilhões.

Sistemas de cultivo mais utilizados no Brasil

- em tanque rede (intensivo);
- em tanque escavado (intensivo, semi-intensivo e extensivo).

*O principal produto da Aquicultura brasileira é a piscicultura. Conforme levantamento da Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR), no ano de 2022, a produção brasileira de peixe de cultivo chegou a 860.355 toneladas.

Papel de médicos-veterinários e zootecnistas

O papel do médico-veterinário e do zootecnista na Aquicultura é garantir altos padrões sanitários nos ambientes aquáticos, artificiais e naturais, visando o bem-estar dos animais em cultivo, dos ecossistemas e do homem, ou seja, saúde única, segundo a Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA).

Agar explica que esses profissionais são responsáveis pelo controle sanitário de todos os lotes de animais aquáticos movimentados no estabelecimento, pelas notificações de ocorrência de doenças e manutenção da biosseguridade, para lograr êxito na intensificação do processo de produção de animais aquáticos. "Sendo que o médico-veterinário, como RT, é responsável pela formulação de políticas públicas destinadas à preservação da saúde animal, pela fiscalização dos estabelecimentos de cultivo e do processamento de pescado", afirma a presidente da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP.

Grade curricular

Há, portanto, a necessidade de uma formação acadêmica direcionada para a saúde animal, incluindo o preparo de formulação de dietas completas, adequadas para o crescimento no contexto do custo econômico, associado ao manejo sanitário e à qualidade da água. No entanto, Agar lembra que o *déficit* no aprendizado específico das necessidades da cadeia produtiva de animais aquáticos e a falta de mão de obra especializada têm sido, em parte, responsáveis pela introdução, disseminação e manutenção de patógenos, o que, por sua vez, pode provocar o surgimento de doenças infecciosas.

"Os alunos de graduação têm o conhecimento das disciplinas básicas da grade curricular da Medicina Veterinária e da Zootecnia, que podem contribuir de forma significativa na seleção de progênie, controle do ciclo reprodutivo, profilaxia por meio de vacinação e controle das doenças que repercutem no melhoramento industrial dos produtos. Porém, disponibilizando-se disciplinas diretamente relacionadas à atividade com carga horária suficiente na grade curricular estimulará os egressos a optarem por esse mercado de trabalho com mais qualificação para enfrentar os desafios da atividade", enfatiza Agar.

O professor adjunto do Departamento de Zootecnia/Setor Palotina, da Universidade

Federal do Paraná (UFPR), Andre Muniz Afonso, explica que, de maneira geral, a Aquicultura está presente em algumas faculdades de Medicina Veterinária e Zootecnia no estado de São Paulo e no Brasil, sendo que nos cursos de Medicina Veterinária, geralmente, se apresenta como uma disciplina optativa, e, em vários cursos de Zootecnia, já se configura como uma disciplina da grade curricular regular.

"Porém, a carga horária destinada à Aquicultura não ultrapassa as 60 horas semestrais, e, uma vez que ela pode ser subdividida em grandes áreas, como a produção de peixes (piscicultura), de camarões (carcinicultura), de moluscos (malacocultura), de rãs (ranicultura), de jacarés (jacaricultura ou crocodilicultura), de quelônios (quelonicultura), entre outros, não há como tratar estas áreas com a profundidade que merecem. Em alguns casos, a piscicultura é abordada numa disciplina à parte, principalmente, em cursos das regiões Norte, Centro-oeste, Sul e Sudeste, ao passo que a carcinicultura é ofertada em cursos da região Nordeste do País", ressalta Muniz Afonso.

O professor adjunto da UFPR destaca que, pelas características naturais do Brasil, os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia deveriam dedicar uma ampla carga horária aos diversos ramos da Aquicultura comercial, mas o que ocorre é que outras profissões acabam se inserindo de forma mais natural nessa área, como é o caso das engenharias de pesca e de Aquicultura.

"Cabe ressaltar que a produção de organismos aquáticos sempre será um ramo profissional multidisciplinar, ainda assim não podemos nos esquecer da grande contribuição que médicos-veterinários e zootecnistas podem trazer para o desenvolvimento e consolidação das diferentes cadeias produtivas que a compõem. Em termos globais, a Aquicultura continental até o momento é mais desenvolvida do que aquela ligada ao ambiente marinho (maricultura) e isso deve ser destacado quando se pensa no enorme potencial do nosso litoral para o estabelecimento de produções em larga escala, até mesmo porque a pesca se encontra em declínio por conta da sobre-exploração dos recursos pesqueiros", alerta Muniz Afonso.

Atualização

Quem escolhe a área da Aquicultura encontra certa dificuldade em adquirir conhecimento e se atualizar durante e após a graduação. Muniz Afonso ressalta que os acadêmicos que desejam se aprofundar no assunto, muitas vezes, precisam recorrer a estágios fora das suas instituições de ensino, em período de férias ou nos estágios de final de curso.

"Felizmente, hoje, a Aquicultura é bem representada em todas as regiões do País, o que facilita o estabelecimento de parcerias com empresas e produtores de maneira que os alunos possam ter maior contato e convívio com os ambientes de produção. Além disso, já existem programas de pós-graduação em todas as regiões do País e não é difícil para os egressos dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia se inserirem nestes locais de formação continuada", orienta Muniz Afonso.

Para o professor adjunto da UFPR, é trabalhar para que as universidades e centros de pesquisa ofereçam cada vez mais oportunidades aos estudantes, seja na oferta de disciplinas curriculares, eventos ou cursos de extensão. "Além disso, os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) precisam dar mais espaço nas suas publicações e mídias convencionais e sociais para os diferentes ramos da Aquicultura, assim como devem se fazer presentes em todos os eventos ligados à área. Creio também que seja importante destacar os médicos-veterinários e zootecnistas que atuam na Aquicultura, pois é fundamental que os estudantes consigam enxergar os profissionais como referência, isso faz com que se sintam mais pertencentes à área de atuação e possam melhor projetar as suas trajetórias profissionais.", argumenta Muniz Afonso.

Capacitação

Na atualidade ainda há muita dificuldade para a qualificação de mão de obra que atue na assistência técnica em Aquicultura. Depes salienta que há poucas oportunidades de capacitação técnica/especialização na área, comparativamente às outras cadeias de produção animal. Tratam-se de atividades dinâmicas e complexas, que exigem conhecimentos multissetoriais, inclusive, atualmente, são poucos produtos/insumos aprovados/autorizados para utilização da produção aquícola.

Agar, que se dedica há quase 50 anos à Aquicultura intensiva no Brasil, ressalta que são muitos os problemas sanitários que rondam a atividade e que não existe uma capacitação adequada para médicos-veterinários e zootecnistas do ponto de vista sanitário.

"Inicialmente, havia poucos tanques mal dimensionados, mal estruturados de criação de peixes nativos, há cerca de 10 anos, tivemos uma mudança no rumo da atividade que passou a apresentar um notável crescimento, tanto em tecnologia como em produção de tilápias, que é uma espécie exótica, originária da África e que tem despontado como promissora na Aquicultura intensiva, representando uma quantidade significativa de proteína animal de alta qualidade", afirma a presidente da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP, alertando que sem a devida atenção à biosseguridade, isto tem contribuído para a entrada de patógenos no País.

Para a médica-veterinária, no marco geral da Sanidade Animal, a Medicina Veterinária tem descuidado da atividade piscícola e urge a presença de colegas competentes no campo e no laboratório para enfrentarem os desafios do dia a dia e a demanda do setor. Aos egressos dos cursos de graduação não se tem dado o devido conhecimento dos componentes de biosseguridade, responsáveis pela minimização de fatores de risco para reduzir a introdução de agentes patogênicos. "Em um programa de biosseguridade, o médico-veterinário deve ser o responsável pela elaboração e pelo monitoramento do programa, classificando o risco sanitário em alto e baixo."

Componentes de alto risco sanitário

- **localização do empreendimento:** o ambiente aquático é um carreador de agentes etiológicos, propiciando a entrada nos estabelecimentos aquícolas. O efluente (água de saída) deve ser monitorado, visando evitar a contaminação do ambiente;
- **transporte de animais:** pode disseminar o agente de uma região para outra e de uma bacia para outra. Assim, a presença do médico-veterinário no estabelecimento, com o devido conhecimento, assegura a saúde do plantel, controlando a entrada de patógenos, com a aplicação de certificados sanitários e Guias de Trânsito Animal (GTAs);
- **animais utilizados na reprodução:** a introdução de reprodutores sem a anamnese e sem diagnóstico do animal estar livre de uma determinada doença representa risco para o sistema de produção;

- **aquisição de animais:** deve ser feita de estabelecimentos de status sanitário semelhante ou superior e com diagnóstico negativo para doenças de notificação obrigatória;
- **quarentena:** seu objetivo é isolar os animais recém-chegados no estabelecimento, a fim de evitar o contágio dos animais existentes. O controle da quarentena deve ser feito, exclusivamente, por médico-veterinário e este deve estabelecer um Programa Operacional Padrão (POP) de trabalho;
- **componentes que devem ser incluídos no Programa de Biosseguridade:** visitantes, funcionários, manejo da própria instalação, limpeza e desinfecção, vetores, instrumental para necropsia e coleta de material e a destinação de animais mortos.

Adequações nas diretrizes curriculares

A formação médica-veterinária com adequações nas diretrizes curriculares permitirá aos egressos projetar as dificuldades do setor e resolvê-las, evitando e controlando doenças. Dessa forma, Agar explica que o aprendizado poderá ser dividido em quatro partes: a primeira refere-se à particularidade da patologia dos peixes, devido à fisiologia e ao meio aquático; a segunda, diz respeito às doenças do ponto de vista etiológico, intimamente relacionado aos aspectos clínico, anatomopatológico e patogênico, precedidos de um inventário, no caso dos bioagressores; a terceira está na elaboração de tabelas onde estarão descritos os caracteres patológicos dos principais tipos de agentes que afetam uma determinada espécie sob cultivo; e a quarta parte é o momento onde se reúnem os elementos necessários para elaboração do diagnóstico.

"Após o estabelecimento do diagnóstico, resta listar os meios de combate à doença e a prevenção. Aos bioagressores é necessária a execução da profilaxia e da Vigilância Sanitária e medidas médicas (vacinação e terapêutica), considerando as restrições à vida aquática e aos imperativos econômicos. Minha experiência na atividade indica que os clínicos veterinários dedicados aos pequenos animais que poderiam fazer o atendimento clínico de peixes ornamentais doentes têm dificuldade em diagnosticar as doenças e se estas são ou não transmissíveis a outros animais e ao ser humano, além de terem dúvidas sobre o diagnóstico, prognóstico e tratamento", salienta Agar.

Falta incentivo

Apesar de o Brasil dispor de todas as condições favoráveis à Aquicultura, o fato é que os cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia não estimulam os graduandos para se dedicarem a essa atividade tão importante do Agronegócio, geradora de renda e proteína animal.

"Há falta de incentivo aos alunos, desde o início até o final da graduação. Na sala de aula, os ensinamentos são raros, conflitantes ou inexistentes. Aos egressos restaria a realização de cursos de capacitação, porém os ensinamentos ministrados consideram mais importante o viés econômico, sem atrelar ao sanitário. Dessa forma, para uma eficaz capacitação são necessários cursos que visem a piscicultura sustentável sob o ponto de vista epidemiológico, por meio de aulas práticas e teóricas, incluindo visitas técnicas às propriedades aquícolas para despertar a atenção para esse importante e promissor mercado de trabalho para médicos-veterinários e zootecnistas", esclarece Agar.

A piscicultura intensiva vem se desenvolvendo em todo mundo e, desde 1973, o crescimento tem sido da razão de 10%, crescimento maior quando comparado às outras cadeias do Agronegócio (bovinocultura, avicultura, suinocultura).

"Além da piscicultura, é importante ser salientada a existência de outras cadeias de produção de animais aquáticos de valor incomensurável (regional e/ou global), como a criação de moluscos (principalmente, ostras e mexilhões), crustáceos (camarões), répteis (quelônios e jacarés) e anfíbios (rãs), e também destacar a atividade dos animais aquáticos ornamentais. Mas é de primordial importância enfatizar a piscicultura com a finalidade de contribuir para a produção de proteínas e combate à fome no mundo", afirma a presidente da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP.

Pesquisa científica

É fato que, ultimamente, o setor aquícola vem enfrentando diversos problemas, como mudanças climáticas, competição das espécies criadas com nativas e introdução e disseminação de novos patógenos. Para a médica-veterinária Marianna Vaz Rodrigues, integrante da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP e secretária do Colégio Brasileiro de Aquicultura, a pesquisa científica auxilia na previsão dos possíveis riscos e perigos, orientando as medidas que podem ser tomadas para a sua prevenção e controle.

Marianna destaca que, no Brasil, a pesquisa científica na área tem sido muito voltada a problemas emergentes, principalmente, devido ao surgimento de novas doenças, destacando-se o vírus da necrose infecciosa de baço e rim (ISKNV) e a lactococose em tilápias. "A identificação de novos patógenos é fundamental para a realização de posteriores estudos, destinados a elucidação dos mecanismos de fisiopatologia, bem como das possíveis formas de tratamento e prevenção. No entanto, outros estudos no ecossistema são essenciais, tendo em vista que a Aquicultura pode ser muito deletéria ao meio ambiente, afetando diretamente a saúde única", enfatiza a médica-veterinária.

Como em qualquer setor do Agronegócio, os investimentos em pesquisa favorecem a competitividade e a sustentabilidade da Aquicultura brasileira. Mas para que a produção científica na área seja intensificada e valorizada, Marianna acredita que devem ser elencados os principais problemas que o setor enfrenta para direcionar os estudos e encontrar soluções em conjunto com os setores públicos e privados.

"A falta de verba estadual, municipal e federal também tem dificultado o desenvolvimento de pesquisas na área da Aquicultura, o que é um entrave para o desenvolvimento do setor. As áreas mais carentes de investimento são: ecossistema, saúde única, investigação de contaminantes na água e animais aquáticos, sanidade animal e ambiental", pontua.

Marianna acredita que essa carência decorre da formação acadêmica deficiente no setor aquícola e sanitário que não capacita os profissionais para atuarem com ensino e pesquisa. "Inclusive, seria interessante os conselhos de veterinária fornecerem mais cursos para qualificar os colegas para atuarem nessa área tão carente de profissionais qualificados e capacitados", argumenta.

Inovação Tecnológica

As tecnologias utilizadas na Aquicultura tornam a atividade mais produtiva e sustentável, mas Muniz Afonso destaca que, no Brasil, esse processo começou de forma discreta e evoluiu lentamente ao longo dos últimos 20 anos.

"Em termos de equipamentos, houve avanços nos modelos de aeradores, que melhoram a incorporação de oxigênio na água, propiciando um ambiente mais saudável e, portanto, gerando maior bem-estar animal e melhores índices de produtividade. A oxigenação da água também auxilia na formação de compostos com menor potencial tóxico aos animais e ao ambiente", explica o professor adjunto da UFPR.

Muniz Afonso ressalta que outros equipamentos vêm sendo cada vez mais utilizados, como alimentadores automáticos e sensores para controle e correção dos parâmetros de qualidade de água em tempo real, conectados às redes Wi-Fi, com acesso remoto pelo produtor, que evitam prejuízos ao processo produtivo.

"Como ocorre na salmonicultura, já existem propriedades no País que utilizam o monitoramento dos animais por câmeras e sensores subaquáticos, principalmente, com a finalidade de verificação de comportamentos anormais e sinais clínicos que indiquem que os animais estão diante de um desafio imunológico", salienta.

Maiores tendências

Nem tudo em termos de inovação está ligado ao desenvolvimento de máquinas e é, justamente, no campo da sanidade que há uma série de novidades. Muniz Afonso destaca o uso cada vez maior de vacinas autógenas e de aditivos e moléculas imunomoduladoras, que, além de reduzirem consideravelmente a mortalidade nas criações, evitam o uso indiscriminado de antibióticos, contribuindo, dessa forma, para uma melhor qualidade ambiental.

"Dos pilares zootécnicos, a sanidade ainda precisa de atenção especial, uma vez que no campo da genética e da nutrição, muitos estudos já foram realizados. Precisamos conhecer melhor os patógenos e desenvolver novas formas de prevenção, erradicação e controle. Quanto ao tratamento, poucos são os medicamentos produzidos, especificamente, para a Aquicultura, estando, o médico-veterinário, muitas vezes, refém de protocolos '*off-label*'", afirma Muniz Afonso.

Benefícios da tecnologia para a produção nacional

A formação de plantéis de reprodutores em animais com potencial zootécnico é determinante para a evolução das cadeias produtivas animais. "Em Aquicultura, hoje, no Brasil, dispomos apenas de avanços ligados à tilapicultura e à carnicinicultura do camarão cinza. Nas outras cadeias produtivas, somos reféns da falta de um estudo genético apurado, principalmente, no que se refere aos trabalhos de melhoramento", alerta Muniz Afonso.

Desenvolvida no Brasil, a inédita sexagem molecular para identificação individual do sexo de pirarucu e tambaqui, realizada por pesquisadores da Embrapa, é um bom exemplo dos benefícios que as tecnologias podem trazer para a produção nacional.

"Ao identificar precocemente o sexo de espécies nativas como o tambaqui e o pirarucu, podemos trabalhar na seleção de animais que venham a compor os plantéis das pisciculturas que produzem as formas jovens, o que permitirá a dinamização da cadeia dessas espécies nativas. Cabe ressaltar que tais projetos também podem contribuir para programas de repovoamento de espécies nativas, com aplicação futura em outras cadeias aquícolas nacionais e em programas na esfera ambiental", afirma o professor adjunto da UFPR.

Líder em várias cadeias de proteína animal, em termos de inovação tecnológica e biossegurança, para o Brasil assumir o protagonismo no mercado mundial da Aquicultura, afirma Muniz Afonso, faltam políticas de Estado específicas que envolvam não somente uma pasta ministerial, mas um esforço coletivo de órgãos federais, estaduais e municipais, além de entidades de natureza privada e a sociedade, em geral. Tais iniciativas podem ser representadas por incentivos fiscais, fomento à pesquisa, modernização do arcabouço legal e apoio na formação de massa crítica, voltada ao aprimoramento dos gargalos presentes na Aquicultura brasileira.

"No Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), por exemplo, o Departamento de Saúde ainda dispõe de poucos funcionários dedicados ao programa Aquicultura com Sanidade, previsto na IN 04/2015. O serviço também é incipiente nas esferas públicas estaduais e municipais. O Estado não dá a devida atenção à prevenção, ao controle e à erradicação de patógenos aquícolas. Por entendermos que a saúde é uma coisa só, denominando-a de saúde única, tal medida prejudica a saúde pública, a saúde animal e o equilíbrio ambiental. Por isso, se faz necessária uma política que envolva o poder central. O Mapa não poderá contribuir de maneira significante no tocante à sanidade aquícola, sem que outros ministérios entendam a importância de estratégias conjuntas", enfatiza Muniz Afonso.

Aquicultura ornamental

Um dos programas do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura 2022-2032 (PNDA), recentemente lançado, se refere à Aquicultura Ornamental, incentivando o comércio e desenvolvimento da área. O médico-veterinário Arsênio Caldeira Baptista Junior, membro efetivo da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP, ressalta que o PNDA instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, cuja elaboração teve participação ativa da Comissão do Conselho.

"Estou otimista com as metas definidas. A projeção elaborada para a Aquicultura Ornamental concilia anseios das esferas governamental e civil, levando em conta o imprescindível enfoque comercial. Evoluindo como programado, resultará em significativo avanço de nosso mercado produtor, acelerando a equiparação com os fortes polos internacionais da atualidade", enfatiza Baptista Junior, que atua na área de piscicultura com foco em ornamentais.

O comércio de peixes ornamentais, no Brasil, segundo dados do PNDA 2022-2032, é destinado ao consumo interno e se concentra principalmente em espécies exóticas, por conta das inúmeras exigências para que as nativas sejam comercializadas no mercado nacional e internacional. Baptista Junior destaca que o mercado consumidor do peixe ornamental tem acentuada demanda por novidades em qualquer parte do mundo e, no Brasil, segue a regra.

As novidades, como, por exemplo, uma variedade com nova coloração ou formato de nadadeiras, são obtidas quase que, exclusivamente, na Aquicultura, espontaneamente ou por criação seletiva. "A Aquicultura das espécies ornamentais em nosso país tem predomínio de espécies exóticas há muito presentes por aqui. Pontue-se que nos polos internacionais de criação intensiva é frequente o aparecimento de novidades. Assim, é primordial para a vitalidade do mercado interno, a importação continuada para atender o comércio e a

produção, na atualidade e futuro próximo", explica o médico-veterinário.

Obstáculos para expansão da área

Para Baptista Junior, outro ponto demandado pelo mercado produtor refere-se às exigências exageradas ou conflituosas, inclusive pela ótica da maioria dos acadêmicos, quanto à exploração das espécies nativas. "A desburocratização de coleta de exemplares para comércio ou reprodução pela Aquicultura é tida como fundamental. Novas espécies nativas são descobertas rotineiramente, com capacidade de preenchimento das novidades demandadas pelo consumidor. Esta importante fatia comercial, tanto no mercado interno como na entrada de divisas pela exportação, outrora pujante, encontra-se hoje definhada, mas latente, ansiosa por regramentos racionais e exequíveis. Importante citar que durante regramentos anteriores, mais flexíveis, não ocorreu extinção de qualquer espécie nativa pela coleta", argumenta.

O membro da Comissão de Aquicultura do CRMV-SP lembra, ainda, que nesse enfoque espécies extintas ou ameaçadas na natureza por motivos outros que não a exploração comercial (ações antrópicas, principalmente urbanização e poluição, mas, também, e não menos importantes, alterações em cursos d´água por barramentos e rodovias, dentre os principais), permanecem perpetuadas por reprodução pela Aquicultura, inclusive, com bem-sucedidos *cases* de reintrodução no ambiente natural.

"A proibição de coleta de numerosas espécies conhecidas e abundantes estimula o mercado irregular, com fomento do contrabando internacional por ar e por água a países limítrofes, os quais realizam a exportação. Muitas espécies brasileiras se encontram em reprodução em polos produtores estrangeiros, principalmente, na Ásia, tendo significativa parte delas lá chegado de forma irregular", alerta Baptista Junior.

Espécies ornamentais mais comercializadas no Brasil

As espécies de água doce com maior produção, no País, são dos grupos dos vivíparos criados – espada, plati, guppy, molinésia, todas com dezenas de variedades –; dos caracídeos criados e coletados – também ditos "tetras" –; dos anabantídeos criados – betta, colisas, tricogasters –; dos ciprinídeos criados – barbus, carpa, kinguio –; dos ciclídeos criados e coletados – disco, bandeira, apistogramas, africanos –; e dos "peixes de fundo", criados e coletados – corydoras, cascudos. Em ascensão, encontram-se peixes originalmente de produção, mas mantidos como pets – pirarara, tucunaré, oscar, pirarucu, aruanã e pangasius, como mais frequentes.

"Já as de água salgada têm predomínio das importadas, coletadas principalmente no Pacífico tropical e com valor agregado alto, inclusive pelo inevitável frete aéreo. Exceções oriundas da Aquicultura, inclusive no Brasil, são as espécies de peixes palhaço (imortalizado no personagem Nemo) e poucas mais que tiveram seu 'pacote tecnológico' estabelecido, sendo exemplo algumas espécies de cavalos-marinhos e gobídeos. Seguem pesquisas visando ampliar a oferta comercial regular de mais espécies marinhas. Lembremos também dos corais (que são animais), oriundos de coleta e cultivo", explica Baptista Junior.

Mercado de ornamentais pet

Para Baptista Junior, peixes são pets que reúnem vantagens quanto aos demais pets convencionais. Estando saudáveis, podem ficar alguns dias sem serem alimentados e a família passa o fim de semana fora sem preocupação ou remorso. "Nenhum outro animal pode ensinar uma criança (ou um adulto) tão espontaneamente sobre ecologia, biologia, botânica, química e física. Antes que digam não, deve ser ressaltado que eles conseguem reconhecer o dono", enfatiza o médico-veterinário.

O mercado pet tem crescido muito ao longo dos anos no Brasil e no mundo. Os animais de companhia ganham cada vez mais importância na vida das famílias, os peixes ornamentais ocupam a quarta colocação na preferência, ficando atrás de cães, aves e gatos. Nesse cenário, o médico-veterinário tem papel relevante para a manutenção da saúde e do bem-estar dos peixes ornamentais.

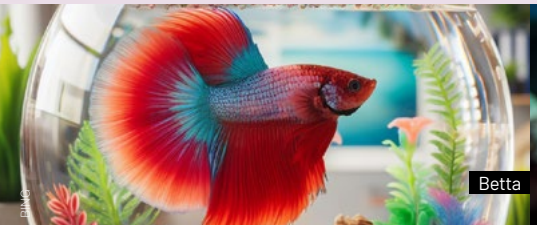
"A atuação do médico-veterinário no segmento dos peixes ornamentais junto aos proprietários de aquários e lagos tem sido requisitada, principalmente, em função da valorização da vida. A ótica 'o peixinho é barato, se morrer, compro outro' está progressivamente e felizmente rareando. O aquário, o lago e todos os seus habitantes assumiram papel importante no ambiente passional do clã familiar. A dedicação de tempo e investimento financeiro no bem-estar dos peixes ornamentais ganhou relevância", enfatiza Baptista Junior.

O médico-veterinário explica que o atendimento do peixe ornamental tem componentes como as demais áreas de atuação clínica, importando em especial a anamnese junto ao tutor quanto à rotina de manejo alimentar e do ambiente desse peixe – volume do aquário; a origem, características químicas e temperatura da água; a adequação prévia às necessidades do peixe; presença de aquecimento, de termômetro, da iluminação artificial (tipo, potência, duração) ou natural, de plantas naturais, de peixes contactantes, e de filtragem; o dimensionamento dos equipamentos; a adoção de troca de água e seu percentual de volume; e o ambiente circundante ao aquário (temperatura controlada, ambiente interno/externo, iluminação e incidência de luz natural/artificial).

"Contrariamente aos pets convencionais que compartilham o ambiente conosco, o peixe tem ambiente (água) diferente da realidade do tutor. O exame clínico, onde importa a observação criteriosa da aparência e comportamento do animal com as variações pertinentes a cada espécie, é dependente diretamente da familiaridade do profissional com essas inúmeras espécies de peixes. A vantagem da consulta em domicílio deve ser enfatizada, o fator primeiro é a ausência de estresse do paciente durante transporte, bem como da comodidade do cliente, lembrando que em domicílio todos os peixes e o sistema (aquário ou lago) será avaliado na totalidade. Eventual manipulação, normalmente com sumária contenção física, pode se fazer necessária para coleta de material para exame", acrescenta o médico-veterinário.

Atuação do médico-veterinário no atendimento ao peixe pet

Nos ornamentais, a casuística clínica se dá em correções de manejo do sistema, de dieta, das frequentes parasitoses, principalmente ectoparasitoses, e infecções


PIXABAY
Betta

FREEPIK
Peixe-palhaço

FREEPIK
Oscar

bacterianas. Há também ocorrências relacionadas às disfunções fisiológicas – alterações de flutuação são comuns –; e processos tumorais.

"Importante ressaltar que a atuação do médico-veterinário é solicitada junto a outros *players* do segmento, como responsável técnico ou consultor eventual. Demandam nossa ação profissional piscicultores, indústrias, importadores/quarentenários, distribuidores atacadistas e varejistas. Ainda, diferentemente do cão e do gato, a legislação sanitária determina aos animais aquáticos o acompanhamento da Guia de Trânsito Animal (GTA) e atestado de saúde quando da circulação – excetuados na origem e no trajeto final ao aquário/lago do tutor –, ambos documentos com emissão exclusiva pelo médico-veterinário", explica Baptista Junior, ressaltando que ambos mercados – junto ao proprietário do peixe pet e junto aos citados *players* – são carentes e constituem nichos importantes a serem preenchidos, mas pouco percebidos pelos profissionais.

Atenção na hora de adquirir peixes ornamentais como pet

Baptista Junior orienta que a boa origem do peixe pet é de suma importância, tal qual é a de um cão ou gato. Animais comercializados em más condições de saúde têm grande probabilidade de carrear parasitas e/ou bactérias ao novo ambiente e habitantes, com real risco da totalidade de óbitos no aquário ou lago. "Além da eleição de comércio idôneo e confiável para aquisição de equipamentos e, principalmente, peixes, uma dica de ouro é a quarentena dos novos animais por sete a 15 dias em aquário separado, menor e mais simples – filtragem, aquecimento e iluminação, eventualmente estrutura de abrigo como uma rocha ou vaso de argila, dependendo da exigência da espécie."

O médico-veterinário destaca a importância da consulta de orientação prévia feita quando um tutor solicita orientação dos animais mais indicados para o seu ambiente, tempo disponível e tipo de família.

"A orientação importa para o dimensionamento do aquário, a eleição das espécies, hábitos, quantidade (indicação de cardume, grau de agressividade eventual e compatibilidade em comunidade), dimensionamento dos equipamentos, indicação da dieta (tipo, quantidade, frequência), tipo de substrato (cascalho, areia ou nenhum), itens de enriquecimento ambiental (plantas naturais/exigências de iluminação, plantas artificiais, áreas de fuga e abrigo), disposição no cômodo (próximo/distante da iluminação natural, espécies tímidas com vizinhança de trânsito de pessoas), entre outros. Estando corretamente implantado, o sistema eleito e ausência de contratempos, uma consulta de avaliação anual – check-up – é rotina indicada e suficiente", esclarece Baptista Junior.

Doenças infecciosas e parasitárias em peixes ornamentais

Pedro Henrique Magalhães Cardoso, médico-veterinário e membro efetivo da Comissão Técnica de Aquicultura do CRMV-SP, recomenda que, ao notar que o peixe ornamental está com um comportamento diferente do normal, é importante o tutor procurar por um profissional médico-veterinário especializado. "Tenho visto, em minha rotina, muitos tutores insatisfeitos com médicos-veterinários generalistas que se aventuram a atender peixes, situações em que os tutores, muitas vezes, sabem muito mais do que o próprio profissional, portanto, é essencial procurar por aqueles que sejam especializados para que haja sucesso no tratamento."

Assim como os animais terrestres, os peixes também são susceptíveis a inúmeras doenças de etiologia bacteriana, viral, fúngica e parasitárias. Os ecotoparasitas, em especial, são os mais comuns e facilmente identificados na inspeção clínica, mas muitos outros precisam de exames laboratoriais complementares para diagnóstico.

A qualidade da água, da alimentação e do ambiente oferecidos para o peixe pet também são importantes na prevenção das doenças. Por isso, o manejo equivocado dessas espécies pode prejudicar a saúde e até levar a óbito os peixes ornamentais.

"O peixe vive na água e, portanto, ela deve ter qualidade o suficiente para manter a saúde e o bem-estar. Um ambiente de tamanho adequado é importante para que o peixe possa manifestar seu comportamento natural e não fique estressado. A alimentação adequada e apropriada mantém uma boa nutrição e, portanto, saúde e bem-estar. Não se atentar aos pontos mencionados anteriormente é, portanto, uma falha de manejo", argumenta Cardoso.

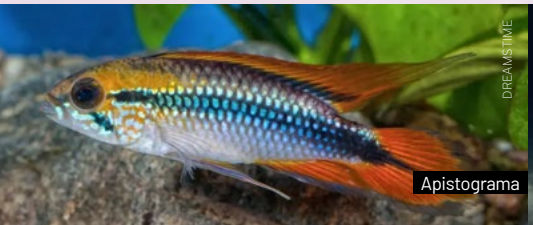
O médico-veterinário explica que água de má qualidade, com altos níveis de compostos nitrogenados, pH fora dos padrões da espécie, entre outros fatores, desencadeia problemas, assim como um ambiente incompatível e uma alimentação inadequada levam o peixe ao estresse fisiológico. "O estresse aumenta os níveis de cortisol no sangue que, por sua vez, tem efeitos inibitórios sobre o sistema imunológico. Um peixe com baixa resistência imunológica fica mais susceptível às doenças que têm caráter oportunista e, na maioria das vezes, se não tratada prontamente podem levar os animais doentes a óbito", esclarece o médico-veterinário.

Na hora de adquirir um peixe ornamental como pet, Cardoso recomenda ir a lojas especializadas e perguntar sobre o comportamento e os hábitos de cada uma das espécies e, caso a explicação não seja suficientemente boa, o tutor deve procurar outra loja até encontrar alguém que dê o suporte desejado. Outra dica é adquirir animais que estejam há mais tempo na loja e se alimentando bem.

Atendimento médico-veterinário recomendado

Cardoso ressalta que o peixe vive em um ambiente construído artificialmente em casa e, portanto, levá-lo até o médico-veterinário é uma prática que desencadeia, no animal que está doente, um estresse ainda maior, interferindo negativamente no tratamento que será iniciado.

"Por isso, recomendo que, assim como faço, os atendimentos sejam efetuados no local onde está o aquário ou lago, pois, muitas vezes, um peixe está doente porque o ambiente em que está alojado apresenta falhas. Então, não é apenas o animal que deve ser avaliado e, sim, o ambiente como um todo", conclui. ■


DREAMSTIME
Apistograma

FLICKR
Pirarucu

FLICKR
Corydora

CONHEÇA OS DESAFIOS PARA EMPREENDER NA MEDICINA VETERINÁRIA

Para ter resultado positivo, é preciso saber qual sua identidade empresarial e estar preparado para enxergar novas oportunidades

Muitas são as dúvidas e desafios que os profissionais médicos-veterinários têm ao pensar em abrir seu próprio negócio. Por isso, ter uma visão administrativa e noções de gestão são fundamentais para que o empreendimento tenha relevância e longa vida.

"Acredito que, hoje, devido ao grande número de negócios no mercado veterinário, a concorrência está muito maior e os consumidores estão mais exigentes. Então, só com uma boa noção da administração do seu negócio é que o médico-veterinário consegue realmente conhecer o mercado onde está inserido e as necessidades do setor, dos tutores e dos clientes para, assim, poder se diferenciar e ter sucesso", afirma o consultor de empresas Felipe Consentini, conselheiro e presidente da Comissão de Gestão do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP).

Consentini ressalta ainda que antes de abrir um negócio, o médico-veterinário precisa saber qual a sua identidade empresarial, o que realmente quer entregar, qual tipo de estabelecimento veterinário pretende montar (consultório, clínica ou hospital), além de conhecer o público de interesse para, então, conseguir planejar e definir as estratégias de seu negócio.

O empreendedorismo tem vários caminhos, mas é preciso esclarecer que o modelo empresarial conhecido como MEI (microempreendedor individual) não se aplica a médicos-veterinários. O coordenador jurídico do CRMV-SP, Marcos Antonio Alves, ressalta que a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que criou o Estatuto Nacional da Microempresa, delegou ao Comitê Gestor do Simples Nacional a regulamentação das atividades que podem ser exercidas na forma de MEI.

"Sendo assim, por meio da Resolução CGSN nº 140/2018, em seu Anexo XI, o Comitê estabeleceu quais são as ocupações permitidas ao MEI, sendo que as atividades de natureza intelectual, exercidas por profissionais liberais, como o médico-veterinário, advogado, psicólogo, entre outros, não se enquadram nestas permissões", esclarece Alves.

O coordenador jurídico reitera que o exercício da Medicina Veterinária não é permitido sob a forma de MEI, mas explica que para as atividades de embelezamento, petshops, entre outras, é possível a constituição. "Muito embora estejam desobrigadas do registro no Sistema CFMV/CRMV's, enquanto perdurar os efeitos dos Temas 616 e 617 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), elas podem requerer o seu registro conosco, bem como de anotação de responsabilidade técnica."

Opções de modelos empresariais

Para a médica-veterinária Jane Mary Albinati Malaguti, consultora de negócios do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em São Paulo (Sebrae-SP), pelo fato da Medicina Veterinária ser uma profissão com regulamentação, ou seja, com legislação própria que estabelece os direitos e deveres dos profissionais que a exercem, a melhor solução para esse profissional poderia ser abrir uma microempresa (ME), contando com o apoio de um contador especializado.

Outra alternativa que pode trazer benefícios fiscais ao médico-veterinário, destaca Alves, é a constituição de uma sociedade limitada unipessoal (SLU), a qual permite, inclusive, adesão ao Simples Nacional. "Neste tipo de sociedade, o profissional fica com o seu patrimônio pessoal protegido, pois há a separação do patrimônio pessoal do médico-veterinário em relação ao da empresa constituída."

Habilidades

Como empreender com sucesso em um mercado tão competitivo e abocanhar uma fatia neste mercado em crescimento?

"Empreender em qualquer setor é desafiador. Temos ainda um longo caminho a ser percorrido quando se fala em desenvolver habilidades e comportamentos empreendedores no Brasil. Existe uma carência nos currículos escolares em educação empreendedora. Recém-graduados e também profissionais que já estão no mercado buscam o aprimoramento extracurricular como uma alternativa para complementar essa lacuna. Desta forma, é preciso desenvolver novas habilidades ou aprimorar as existentes, baseado nos 10 comportamentos dos empreendedores de sucesso e buscar conhecimento sempre", salienta a consultora do Sebrae-SP.

10 Comportamentos dos empreendedores de **sucesso**

1. Busca de oportunidade e iniciativa
2. Persistência
3. Comprometimento
4. Exigência de qualidade e eficiência
5. Correr riscos calculados
6. Estabelecer metas
7. Busca de informações
8. Planejamento e monitoramento sistemáticos
9. Persuasão e redes de contatos
10. Independência e autoconfiança

Fonte: Sebrae-SP

Além do mercado pet

Enorme fatia do mercado para profissionais da Medicina Veterinária, o mundo pet não é a única alternativa para realizar o sonho de empreender. Mas para isso, a consultora do Sebrae-SP lembra que é preciso estar preparado para enxergar novas oportunidades para empreender ou inovar.

"Como um setor em crescimento, os profissionais precisam estar atentos para as 'lacunas de mercado', ou seja, desenvolver soluções para necessidades que não estão sendo atendidas neste setor. Portanto, é importante acompanhar estudos e pesquisas de mercado, ficar atento às tendências do setor, participar de feiras e eventos e, principalmente, conhecer as dores e aspirações dos clientes, além de desenvolver novas formas de atendimento, produtos ou serviços", enfatiza Jane.

Consentini destaca que uma boa saída para empreender é saber o que faz sentido para aquele médico-veterinário, antes de querer atender ou se encaixar em uma demanda. "A inovação é um grande mercado que deve crescer, as especializações, as especialidades e a própria área de gestão técnica, onde o profissional pode ser realmente o responsável técnico (RT) do negócio abre um leque de atuação muito grande."

Para Jane, é preciso ligar as antenas e avaliar quais setores estão em crescimento e quais estão em declive. Refletir sobre como e onde seus conhecimentos técnicos podem fazer a diferença, se está preparado para as tecnologias emergentes do setor, quais outros setores pode empreender.

Segurança jurídica

O coordenador jurídico do CRMV-SP salienta que, antes de dar os primeiros passos, o médico-veterinário que deseja empreender deve fazer um planejamento detalhado, que abranja tanto as questões comerciais – local, número de estabelecimentos idênticos que se encontram próximos a ele, público-alvo, capacidade financeira deste público, estimativa de custos, e, principalmente, de retirada –, quanto as questões legais – funcionários, impostos, fiscalizações. "Destaco, também, a necessidade do médico-veterinário empreendedor fazer cursos de gestão, que poderão ajudá-lo e muito a ter sucesso".

Alves esclarece, ainda, que o início efetivo das atividades da empresa somente poderá ocorrer após o cumprimento dos requisitos legais (detalhados abaixo). "O início antes de formalmente cumprida qualquer uma das etapas previstas, poderá ensejar a aplicação de multa, bem como a interdição do estabelecimento até que haja a sua regularização. Diante desse quadro, recomendo ao profissional médico-veterinário, que deseje empreender, que conte com o auxílio de contador e advogado, os quais o ajudarão nesse árduo caminho."

Requisitos legais para empreender

a. análise e elaboração do contrato de locação do imóvel onde a empresa será sediada e haverá a prestação de serviços;

b. constituição da empresa, onde haverá o estudo de viabilidade (nome, natureza jurídica, objeto, etc), para, na sequência, ter devido registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica;

c. obtenção do CNPJ da empresa;

d. obtenção do Cadastro de Contribuinte Mobiliário (Prefeitura);

e. registro da empresa e de seu responsável técnico (mesmo que seja o próprio médico-veterinário empreendedor/proprietário) perante o CRMV-SP;

f. contratação de eventuais empregados para a empresa constituída.

Comissão de Gestão para Profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia

As comissões técnicas do CRMV-SP têm como missão assessorar e servir como instâncias de consulta técnico da Diretoria Executiva e do Plenário sobre as várias áreas de atuação do médico-veterinário e do zootecnista. A mais nova delas é a Comissão Técnica de Gestão para Profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia (Portaria Nº 29/2023), cujo principal objetivo é produzir conteúdo e ferramentas para que o médico-veterinário e o zootecnista comecem a entender melhor esse campo.

"Ajudar o profissional a enxergar que a gestão não é um bicho de sete cabeças, mas uma ferramenta para que ele possa fazer realmente o que gosta e ter resultado, atingindo seus objetivos como profissional, pagando suas contas, tendo o conforto de poder descansar, ter férias. É preciso tirar essa imagem que o legal é aquele que trabalha 24 horas por dia, sete dias na semana, 365 dias no ano. Queremos que ele entenda que só com planejamento e gestão o profissional conseguirá atingir seus objetivos", explica Consentini, que está à frente da criação da Comissão de Gestão.

Outro objetivo da nova Comissão é a implantação da disciplina de gestão na formação do médico-veterinário e do zootecnista. A ideia é atuar dentro das universidades, na formação desses profissionais, realizando palestras e simpósios relacionados à gestão para conscientizá-los dessa visão um pouco mais integral da gestão com a Medicina Veterinária e a Zootecnia, que é algo muito mais simples do que se imagina. ■

Composição da Comissão Técnica de Gestão do CRMV-SP

Presidente:
Felipe Consentini

Membros efetivos:
Marco Antonio Gioso

Daiene Berdoldi Mingutti

Katia Denise Saraiva Bresciani

Carlos Vivacqua Carneiro da Luz

REINAUGURAÇÃO OFICIAL DA SEDE DO CRMV-SP CONTA COM A PRESENÇA DE PERSONALIDADES QUE FIZERAM A HISTÓRIA DA AUTARQUIA

Atual e ex-presidentes do Regional, membros das últimas gestões, representantes de outros estados, acadêmicos e autoridades participaram da celebração

ACERVO CRMV-SP

A reinauguração oficial da sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), no dia 28/09, contou com presidentes, diretores e conselheiros das últimas gestões do Regional, presidentes e representantes do Sistema CFMV/CRMVs e de entidades de classe da Medicina Veterinária e da Zootecnia, acadêmicos, presidentes de comissões técnicas e autoridades municipais, estaduais e federais.

Participaram da cerimônia, o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e ex-presidente do Regional, Francisco Cavalcanti de Almeida, responsável pela compra do edifício-sede; da vice-presidente do CFMV e presidente eleita para o próximo mandato, Ana Elisa Almeida; do presidente da gestão anterior do CRMV-SP, Mário Eduardo Pulga; além dos membros da diretoria executiva atual: o presidente, Odemilson Donizete Mossero, o vice-presidente, Fábio Manhoso, o secretário-geral, Fernando Buchala, e a tesoureira, Rosemary Viola Bosch; e do Plenário.

Estavam presentes o deputado federal, Arnaldo Jardim, o superintendente federal de Agricultura e Pecuária (SFA/Mapa) de São Paulo, Guilherme Campos, o vereador Rodrigo Goulart, colaboradores da autarquia, representantes de entidades de classe da Medicina Veterinária e da Zootecnia e de instituições parceiras do Regional.

"Esse dia ficará para a minha história pessoal e para a história dos médicos-veterinários e zootecnistas paulistas. Estamos inaugurando uma sede moderna, funcional e que teve a participação de todos juntos nessa construção", afirmou o presidente do CFMV.

Mário Eduardo Pulga, ex-presidente do Regional, disse estar muito emocionado pela primeira vez no prédio pós-reforma. "Esta é a realização de um sonho, após muito sacrifício e muita luta. Agradeço a todos que estiveram conosco nessa trajetória."

O atual presidente do CRMV-SP agradeceu a presença das autoridades, dos médicos-veterinários e zootecnistas, dos integrantes dos Regionais de todo o País e dos membros da diretoria do Regional de São Paulo, bem como de ex-integrantes da diretoria e do plenário, e de representantes das entidades de classe ligadas à Medicina Veterinária e à Zootecnia. "É uma honra finalizar esse trabalho iniciado pelos meus antecessores e mestres. Entregamos esse edifício totalmente reformado como nossas profissões merecem e de acordo com a grandeza da Medicina Veterinária e da Zootecnia", enfatizou Mossero.

Cerimônia

Durante a cerimônia de reinauguração, o deputado federal Arnaldo Jardim parabenizou a conquista do CRMV-SP e destacou a presença feminina na Medicina Veterinária e na Zootecnia, com a representação da presidente eleita do CFMV e da tesoureira do CRMV-SP. E destacou a importância das profissões em diversos setores, como agronegócio e bem-estar dos pets.

O médico-veterinário Rodrigo Goulart, vereador da cidade de São Paulo e integrante da Comissão Técnica de Políticas Públicas do Regional, entregou ao presidente do CRMV-SP uma homenagem da Câmara Municipal – voto de júbilo – para celebrar a reinauguração.

"Cumprimento a todos os profissionais da área, que têm neste espaço a digna representação. A Medicina Veterinária e a Zootecnia têm um fundamental papel para a atividade do agronegócio no Brasil", disse o superintendente federal de Agricultura e Pecuária (SFA/Mapa) de São Paulo, Guilherme Campos.

Autoridades

Marcaram presença na cerimônia, o subsecretário do Meio Ambiente e Infraestrutura e Logística, Jônatas Souza da Trindade, representando o governador Tarcísio de Freitas; a capitã PM Lidiara, da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil; João Carlos Pimentel, representando o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Júlio Junqueira de Queiroz; Luis Arthur Caldeira, representando o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes; Mario Augusto, representando o secretário municipal de Saúde de São Paulo, Luiz Carlos Zamarco; e a a diretora do Departamento de Bem-estar Animal de Guarulhos, Juliana Kopczynski, também integrante da Comissão de Políticas Públicas do CRMV-SP.

Estiverem presentes, ainda, o diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), José Antônio Visintin; da presidente da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet), Arani Nanci Bonfim Mariana; da presidente da Federação das Entidades Veterinárias Regionais do Estado de São Paulo (Feveresp), Maria Cristina Reiter Timponi; e do conselheiro da Anclivepa-SP, Luciano Henrique Giovaninni.

Plenária do CFMV

A reinauguração da sede do CRMV-SP foi palco também da 374ª Sessão Plenária Ordinária (SPO) do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). O método de depopulação de aves domésticas para o controle dos focos de influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP) do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa) pautou a reunião. O comunicado da Defesa Sanitária Animal, que prevê os métodos a serem utilizados, foi apresentado pela médica-veterinária Erivânia Camelo, chefe de gabinete do CFMV.

ACERVO CRMV-SP

Confira a matéria completa em: https://crmvsp.gov.br/374a-sessao-plenaria-ordinaria-do-cfmv-e-realizada-na-sede-do-crmv-sp/

1º Encontro de Secretários-gerais e Vice-presidentes do Sistema CFMV/CRMVs

A semana de reinauguração da sede, recebeu o 1º Encontro de Secretários-gerais e Vice-presidentes do Sistema CFMV/CRMVs com a participação de integrantes de 26 regionais. Na programação, palestra on-line da médica-veterinária portuguesa Filipa Bernardino, criadora e CEO da VetExperience, abordando telemedicina e as consultorias digitais.

À frente da vice-presidência do CFMV, Ana Elisa Almeida falou sobre as atribuições do cargo e apresentou sugestões para alterações no regimento interno padrão, de forma a explorar ainda mais as competências dos vice-presidentes, por meio da atuação em ações de transparência ativa, governança, fiscalização, plano anual de contratações, entre outros.

No início do Encontro, uma homenagem surpreendeu o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida recebeu do deputado estadual Itamar Borges, que lhe entregou o Colar de Honra ao Mérito Legislativo, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

"Estou muito feliz e realizado em receber uma honraria tão significativa. Mesmo não sendo natural de São Paulo, dediquei a minha carreira profissional ao Estado e todo o meu trabalho foi em prol da minha profissão e em nome da minha família, que é base para tudo", emocionou-se Almeida.

Matéria completa pelo link: https://crmvsp.gov.br/crmv-sp-sedia-i-encontro-de-secretarios-gerais-e-vice-presidentes-do-sistema-cfmv-crmvs/

Câmara Nacional dos Presidentes

A 3ª Câmara Nacional de Presidentes (CNP) do Sistema CFMV/CRMVs, realizada no dia 28/9, durante a semana de reinauguração da sede do CRMV-SP, teve a participação dos presidentes e representantes do CFMV e dos 26 Regionais. Em seu discurso de abertura, o presidente do CFMV falou sobre as atividades da Diretoria Executiva e reforçou a importância de os médicos-veterinários votarem a favor do Projeto de Lei nº 4.262/2023, que institui o exame de habilitação profissional na Medicina Veterinária para assegurar a qualidade do ensino e sobre o projeto de lei nº 5.414/2016, a respeito do ensino a distância para cursos da área da saúde. "Lutamos pela aprovação do PL na íntegra, que exclui os cursos de formação da saúde da matriz curricular dos cursos de graduação EaD", afirmou Almeida.

O presidente do CRMV-SP apresentou o projeto itinerante CRMV-SP Escuta, criado para promover mais diálogo com os profissionais do interior paulista. "Além de ouvir as necessidades locais dos médicos-veterinários e zootecnistas, visitamos clínicas e hospitais e representantes do poder público municipal e estadual", salientou Mossero. ■

A matéria completa pode ser acessada pelo link: https://crmvsp.gov.br/fiscalizacao-e-qualidade-do-ensino-pautam-o-primeiro-dia-da-3a-camara-nacional-de-presidentes-do-sistema-cfmv-crmvs/

PRINCIPAIS PROBLEMAS SANITÁRIOS PARA TILAPICULTURA BRASILEIRA

ARQUIVO PESSOAL/CARLOS A. G. LEAL

Carlos A. G. Leal, Médico-veterinário, professor de Imunologia, Sanidade e Doenças de Animais Aquáticos da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A piscicultura é o segmento da produção animal que mais cresceu no Brasil nas últimas décadas. No setor, a produção de tilápia é o principal expoente, respondendo por, aproximadamente, 65% do total de peixes produzidos no País. Esse crescimento tem sido motivado pela expansão e intensificação da produção. Essa última otimiza e aumenta a eficiência produtiva, porém, aumenta o estresse dos animais e predispõe a ocorrência de doenças infecciosas. Atualmente, as enfermidades infecciosas são um desafio para consolidação e expansão da tilapicultura no Brasil.

Dentre as principais doenças, as de etiologia bacteriana e viral têm se apresentado como as mais impactantes para produção de tilápia no Brasil. A estreptococose é o grupo de doenças bacterianas que mais impacta a tilapicultura a nível mundial.

No País, o patógeno *Streptococcus agalactiae* do sorotipo Ib é endêmico e foi, por muitos anos, o mais importante. Hoje, novas linhagens de *Streptococcus* e espécies de cocos Gram positivos emergiram em diferentes estados e tem causado impacto significativo. O primeiro dessa lista é o *Streptococcus agalactiae* do sorotipo III complexo clonal 283 (III/CC283). Esse foi reportado no Brasil, a partir de 2016, associado a surtos em tilapiculturas com mortalidades de até 80% dos lotes (Leal et al., 2019). Além de ser altamente virulento para tilápia, essa linhagem é zoonótica, podendo causar infecções em seres humanos (FAO, 2021), o que aumenta o risco ao consumidor e o impacto para a tilapicultura.

Um segundo patógeno causador de estreptococose que tem assolado as pisciculturas nacionais é o *Lactococcus petauri* (previamente classificado como *L. garvieae*). No ano de 2021, esse patógeno emergiu em um polo produtor de tilápia no Brasil (Região Nordeste), ocasionado mortalidades de 15 a 65% dos lotes. As linhagens circulantes no País são muito virulentas e bem adaptadas à tilápia, representando um novo desafio para tilapicultura no Brasil, que é o principal produtor da região.

Até poucos anos, a tilapicultura nacional diferente de outras produções animais não experienciava problemas significativos com doenças virais. Porém, em 2020, uma doença viral que emergiu e tem causado impacto significativo é a infeção por ISKNV (do inglês *Infectious Spleen and Kidney Necrosis Vírus* ou vírus da necrose infecciosa do baço e rim) (Figueiredo et al., 2020).

Posteriormente, em um estudo retrospectivo, realizado pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA) do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), demonstrou que o vírus já circulava em produções de tilápia no País, desde no ano de 2017 (Fonseca Jr. et al., 2022), o que explica a ampla disseminação e o status endêmico da doença no País. Essa tem causado surtos, principalmente, em alevinos e juvenis, em temperaturas de 26 a 30°C e com mortalidades de até 60% dos lotes quando associados a outros fatores de risco (coinfecções bacterianas e problemas de qualidade de água). ■

Referências

DEL-POZO, J. *et al.* Syncytial hepatitis of tilapia (*Oreochromis niloticus* L.) is associated with orthomyxovirus-like virions in hepatocytes. **Veterinary Pathology**, v. 54, p. 164-170, 2017. DOI: https://doi.org/10.1177/0300985816658100.

DONG, H. T. *et al.* Naturally concurrent infections of bacterial and viral pathogens in disease outbreaks in cultured Nile tilapia (*Oreochromis niloticus*) farms. **Aquaculture**, v. 448, 427–435. 2015. DOI: https://doi.org/10.1016/j.aquaculture.2015.06.027.

FAO, 2021. **Risk Profile:** Group B *Streptococcus* (GBS) *Streptococcus agalactiae* sequence type (ST) 283 in freshwater fish. Bangkok. DOI: https://doi.org/10.4060/cb5067en.

Figueiredo, H. C. P. *et al.* First report of infectious spleen and kidney necrosis virus in Nile tilapia in Brazil. **Transboundary and Emerging Diseases**, v. 69, n. 5, Jul. 2021. DOI: https://doi.org/10.1111/tbed.14217.

Fonseca Jr., A. A. *et al.* Detection of megalocytivirus in Oreochromis niloticus and Pseudoplatystoma corruscans in Brazil. **Diseases of Aquatic Organisms**, v. 149, p. 25–32, 2022. DOI: https://doi.org/10.3354/dao03657.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do CRMV-SP.

ACADEMIA BRASILEIRA DE ZOOTECNIA ELEGE SEUS FUNDADORES

Célia Regina Orlandelli Carrer, integrante da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP, é uma das representantes do estado de São Paulo, ao lado do zootecnista Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa

ACERVO CRMV-SP

A Associação Brasileira de Zootecnia (ABZ) anunciou a eleição dos 13 acadêmicos fundadores para a Academia Brasileira de Zootecnia (AcBZ), que havia sido criada, em maio de 2016. Entre os eleitos estão, representando o estado de São Paulo, os professores Célia Regina Orlandelli Carrer, integrante da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), e Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa.

Única mulher entre os acadêmicos fundadores, Célia salienta que os eleitos representam a Zootecnia em suas dimensões técnica, científica, educacional, profissional e cultural, e que são profissionais que "pensam a Zootecnia", que contribuem para com o seu desenvolvimento, e que entenderam o importante papel social desta nobre área de atuação desde o início da regulamentação da profissão no País.

"Sinto-me honrada de ser lembrada pelos colegas para representar tantos homens e mulheres que constroem uma Zootecnia pujante no dia a dia. Por ora, coube a mim ser a única mulher dentre os 13 eleitos, mas, tenho certeza, que a participação feminina na AcBZ crescerá em breve tempo pela sua competência, dinamismo e representatividade dentro da Zootecnia. Haverá muito trabalho pela frente", ressalta a integrante da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP.

Célia destaca, ainda, que o estado de São Paulo sempre foi fundamental para o desenvolvimento da Zootecnia nacional, seja pela qualidade científica dos seus pesquisadores, o vanguardismo técnico-tecnológico dos profissionais de campo, ou o pioneirismo da instalação dos primeiros cursos de Zootecnia do País, ainda na década de 1970, formando profissionais de todas as regiões brasileiras.

"Dessa forma, muitos zootecnistas paulistas tiveram papel como influenciadores nos rumos do agronegócio brasileiro, por meio da contribuição da Zootecnia para o setor. É uma felicidade poder representar estes colegas na AcBZ. Sou muito grata pelas oportunidades, ao longo da minha vida, de colaborar na formação profissional de mais de 900 zootecnistas dentro da Universidade de São Paulo (USP), de atuar para a melhor qualidade do ensino da Zootecnia nas esferas local, estadual e nacional, e pelo compromisso que sempre tive com a política-profissional em prol do fortalecimento da Zootecnia", enfatiza a acadêmica.

Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa, professor adjunto no Departamento de Zootecnia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista (FCAV/Unesp), campus Jaboticabal, que, em 2020, foi laureado com o prêmio "Luiz Alberto Fries", concedido pelo CRMV-SP, ressalta a satisfação de ter sido eleito como um dos 13 acadêmicos fundadores da AcBZ, uma honra não só pelo reconhecimento da dedicação na fundação da Associação, mas também pelo trabalho realizado ao longo de sua carreira profissional.

"Sinto-me honrado e feliz com essa eleição. Pelos nomes ali elencados todos são merecedores e, essa eleição foi muito importante pela contribuição desses profissionais para o crescimento da Zootecnia como ciência ou como profissão", afirma Costa.

O presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP, Celso Carrer, analisa de forma extremamente positiva e justa a eleição dos acadêmicos fundadores, um reconhecimento explícito para profissionais que são referência em suas áreas de atuação.

"Os 13 fundadores são exemplos de competência, ética e engajamento profissional, auxiliando a formar e ou influenciar muitos profissionais ao longo de suas vidas. A Dra. Célia é uma referência na profissão e sou testemunha ocular da dedicação e da paixão com que ela sempre atuou profissionalmente. Tenho certeza de que é a primeira mulher de muitas que serão lembradas no futuro, no momento mais adequado quando do crescimento da AcBZ. O Prof. Mateus Paranhos também dispensa apresentações, por se tratar de um dos maiores especialistas em bem-estar animal no mundo. Tenho a certeza de que são unanimidade junto aos colegas de São Paulo e nosso estado se encontra muito bem representado", afirma Carrer.

Maior visibilidade

Para o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, a eleição dos acadêmicos fundadores da AcBZ engrandece a Zootecnia paulista e brasileira. "E dignifica ainda mais a profissão que é nossa coirmã, por isso, é uma satisfação e parabenizo à ABZ e a recém-formada AcBZ pela nomeação desses profissionais que atuam com excelência e são referência em suas áreas." ■

Acadêmicos fundadores, em ordem de numeração da cadeira de ocupação:

Walter Motta Ferreira
José Paulo de Oliveira
Célia Regina Orlandelli Carrer
Severino Benone Paes Barbosa
Paulo Roberto Nogara Rorato
Wilson Moreira Dutra Junior
Antônio Gilberto Bertechini
Iran Borges
Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa
Francisco Fernando Ramos de Carvalho
Marcos Elias Traad da Silva
Pedro Adair Fagundes dos Santos
Ézio Gomes da Mota

SISTEMINHA EMBRAPA/UFU/FAPEMIG VISA PROMOVER A PRODUÇÃO INTEGRADA DE ALIMENTOS

Tecnologia social utiliza, de forma sustentável, os recursos naturais disponíveis nas áreas rurais

Sistema de produção integrada de alimentos com abordagem ecológica sistêmica que vai além do âmbito agroecológico, o Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig foi desenvolvido, em 2002, pelo pesquisador e zootecnista Luiz Carlos Guilherme, durante seu doutorado em Zootecnia, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Minas Gerais. Detentoras da patente, a UFU e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), por meio de acordo de cooperação, cederam o uso à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Guilherme ressalta que a tecnologia abrange uma visão holística, considerando as interações complexas entre os elementos naturais e sociais. "Em vez de simplesmente se concentrar na agricultura sustentável, o Sisteminha reconhece que o meio ambiente, as comunidades locais e as práticas agrícolas estão interligados em um sistema interdependente. É uma abordagem inovadora que visa promover a produção integrada de alimentos, utilizando, de forma sustentável, os recursos disponíveis em áreas rurais."

Fato é que o Sisteminha Embrapa/UFU/Fapemig, junto à experiência do pesquisador, tem um impacto significativo no desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, atendendo às suas necessidades alimentares e promovendo autonomia econômica. E se destaca na superação de desafios da segurança alimentar e na contribuição para com um futuro mais próspero.

"Seu principal objetivo é proporcionar segurança alimentar e nutricional para famílias em comunidades tradicionais, especialmente as mais vulneráveis, através da diversificação produtiva, integrando cultivo de peixes, aves e outros pequenos animais e plantas em um sistema fechado, onde resíduos de um componente se tornam nutrientes para outro. Dessa forma, o Sisteminha busca melhorar a qualidade de vida e gerar renda para essas famílias", enfatiza o pesquisador, que possui, ainda, doutorado em Genética e Bioquímica pela UFU-MG, e atua na Embrapa Cocais, em São Luís (MA).

ARQUIVO EMBRAPA

Filtro Biológico: Controle da amônia tóxica associado à Eficiência em Harmonia. Utilizando um simples balde de 20 litros e garrafas PET, como flutuadores, este biofiltro exemplifica a essência do Sisteminha: fazer mais com menos

Diante do relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com o aumento da população global até 2050, o mundo, certamente, terá de elevar a produção de alimentos. E tecnologias sociais, como o Sisteminha Embrapa, têm papel crucial para garantir a segurança alimentar e nutricional, especialmente para famílias de baixa renda.

"Essas tecnologias permitem produzir mais alimentos de maneira sustentável, reduzindo a dependência de sistemas convencionais e mitigando a fome. O Sisteminha oferece uma solução acessível e replicável, capaz de produzir alimentos de forma sustentável em áreas limitadas. Isso não apenas reduz a dependência externa por alimentos, mas também ajuda a mitigar os impactos da fome e da má nutrição em comunidades vulneráveis", salienta Guilherme.

Ciclo harmonioso

Uma preocupação crescente não só dos meios de produção, como também da população, a sustentabilidade é um dos pilares do Sisteminha, onde os resíduos gerados são tratados de maneira eficiente e integrada. "Por exemplo, o esterco dos animais e resíduos vegetais são utilizados na compostagem e produção de húmus pelas minhocas como fertilizante natural para o plantio vegetal, enquanto a água dos viveiros de peixes é reciclada para irrigação. Essas práticas reduzem a geração de resíduos e contribuem para um ciclo mais equilibrado e harmonioso", explica o pesquisador da Embrapa Cocais.

Vantagens

Quando comparado a outros sistemas integrados de produção, o Sisteminha se destaca por sua abordagem holística, considerando tanto aspectos ecológicos quanto sociais. Ele promove a segurança alimentar, geração de renda, autonomia e sustentabilidade ambiental, integrando diferentes elementos em um sistema interdependente. A combinação de piscicultura, cultivo de hortaliças e outras atividades agrícolas proporciona uma produção

ARQUIVO EMBRAPA

Tradição encontra sustentabilidade: o tanque de taipa, revestido com lona plástica, representa a síntese perfeita entre técnicas ancestrais e soluções modernas para a piscicultura. Um exemplo de como o Sisteminha Comunidades estimula as famílias rurais a utilizar os recursos à mão

diversificada em uma área compacta. Isso aumenta a eficiência produtiva e contribui para a autossuficiência alimentar das famílias. Além disso, o Sisteminha promove a educação ambiental e o desenvolvimento comunitário, fortalecendo os laços sociais.

Maioridade

Este ano, o Sisteminha Embrapa completa 21 anos, alcançando um balanço extremamente positivo. Milhares de famílias em todo o País foram beneficiadas, obtendo acesso a alimentos nutritivos e de qualidade, além de desenvolverem habilidades produtivas. "O Sisteminha se mostrou uma ferramenta versátil e eficaz para enfrentar a insegurança alimentar em comunidades rurais vulneráveis", afirma o pesquisador.

Ao completar a maioridade, a tecnologia ganhou uma versão voltada ao empreendedorismo comunitário. Guilherme ressalta que a versão voltada às comunidades trouxe uma dimensão ainda mais abrangente ao Sisteminha, pois, agora, além de suprir as necessidades alimentares individualmente, a iniciativa busca também estimular a geração de renda nas comunidades.

"Por meio de práticas de cultivo de alimentos, piscicultura e outras atividades sustentáveis, as famílias têm a oportunidade de empreender localmente e fortalecer a economia da região. Isso empodera as famílias, promovendo independência financeira e fortalecimento da economia local", comemora.

Papel do zootecnista

A atuação do zootecnista em projetos como esse voltado à produção de alimentos para famílias de baixa renda é de extrema importância, pois desempenha atividades multidisciplinares na orientação técnica, na implementação de práticas sustentáveis e na promoção do bem-estar das famílias de baixa renda.

"Esses profissionais contribuem para a criação de sistemas produtivos resilientes e alinhados com os princípios ecológicos e sociais do Sisteminha, otimizando o manejo do sistema. Além disso, ele pode contribuir para capacitar as comunidades nas práticas agropecuárias, fortalecendo a produção e a segurança alimentar nas famílias de baixa renda", afirma Guilherme.

Histórico

Institucionalmente, o Sisteminha foi implantado apenas em famílias contempladas nos projetos de pesquisa e transferência da tecnologia, beneficiando inclusive países africanos como Gana e Uganda. No entanto, existem unidades implantadas por institutos federais como os de Alcântara, Codó e Caxias, no Maranhão, e universidades, como o Espaço Plural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro (BA), responsável por capacitar mais de 500 técnicos agropecuários para divulgar a tecnologia em vários estados. Além disso, também são montadas unidades criadas por iniciativas pessoais e outros meios, como fomentos e emendas parlamentares.

Atualmente, existem unidades do Sisteminha em diversos estados brasileiros, com destaque para a região Nordeste, como Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. Também há famílias com o Sisteminha nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, além de regiões como o norte de Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Amazonas e Rondônia.

"Na região sul e sudeste, o número de famílias envolvidas é menor. No estado de São Paulo, a tecnologia social ainda não está presente de forma institucional, mas seria ótimo sua expansão no Estado, seria uma boa estratégia adaptá-lo, por exemplo, no aproveitamento de áreas sem uso", esclarece o pesquisador. ■

ARQUIVO EMBRAPA

Inovação Flutuante: produtor rural instala um flutuador para suporte do biofiltro, usando garrafas PET e tubo de PVC, na preparação do seu tanque de concreto para a chegada das tilápias. Uma solução eficaz e acessível para manter o equilíbrio da água

ARQUIVO EMBRAPA

Galinheiro Sustentável: frangas vermelhas industriais encontram conforto e eficiência sobre uma cama de maravalha, um passo avançado rumo à produção de ovos

SEMANA DO MÉDICO-VETERINÁRIO ABORDA DOCUMENTAÇÃO, NOVAS TECNOLOGIAS E ÉTICA

As palestras on-line tiveram como objetivo alavancar a gestão de negócios na era digital

Na 7ª Semana do Médico-veterinário, realizada em setembro, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) promoveu palestras on-line para alavancar a gestão de negócios na era digital. O evento contou com a participação de 175 profissionais.

Com os temas "Tudo o que você precisa saber para gerir seu negócio na era digital", com palestra do presidente da Comissão de Gestão do CRMV-SP, Felipe Consentini, e participação especial da médica-veterinária portuguesa, Filipa Bernardino, criadora e CEO da VetExperience, e "Pensando em perícia: como documentar", ministrado pelas presidentes das comissões de Responsabilidade Técnica e Medicina Veterinária Legal, Rosemary Viola Bosch e Tália Missen Tremori.

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, abriu o evento ressaltando a importância dos assuntos abordados. "O Conselho já faz, pelo sétimo ano consecutivo, palestras técnicas comemorando nosso dia. É uma forma de contribuir para a capacitação e aprimoramento constante dos profissionais", disse.

O vice-presidente do CRMV-SP e também presidente da Comissão de Educação do Regional, Fábio Manhoso, destacou os 90 anos da edição do Decreto Federal nº 23.133/1933, que regulamentou a profissão no País. "A Medicina Veterinária vem se destacando não só na saúde animal, mas despontando na saúde pública, na saúde ambiental e na economia", declarou.

FREEDIK

Novas tecnologias e gestão

Consentini abordou as novas tecnologias para a prestação de serviço com o tema "Tudo o que você precisa saber para gerir seu negócio na era digital".

Passando pelo surgimento da tecnologia, até o lançamento de inteligências artificiais, Consentini destacou o avanço tecnológico proporcionado pela pandemia do Covid-19 com o home office e as reuniões on-line. O mercado veterinário foi beneficiado, pois pode permanecer funcionando.

O profissional apresentou as formas de aplicação da telemedicina nos Estados Unidos, em que a tecnologia pode ser utilizada quando já houver sido estabelecida a Relação Prévia Veterinário, Animal e Responsável (RPVAR); na Europa, onde é comum a teleinterconsulta (consulta entre médicos-veterinários) por causa da escassez de especialistas; e no Brasil, onde é incipiente. "Ainda existe muito preconceito da classe médica-veterinária e do público em geral", analisa Consentini.

Telemedicina e Inteligência artificial

A Resolução CFMV 1.465/2022 regulamentou a telemedicina no Brasil. O padrão ouro é o atendimento presencial e a teleorientação pode ser realizada quando não houver sido estabelecida a RPVAR, já esta é necessária nas modalidades teleconsulta, teleinterconsulta, telemonitoramento, telediagnóstico e teletriagem.

A telemedicina é mais rastreável, então, o registro de prontuário e prescrição deve conter todos os elementos necessários. "É mais fácil comprovar tanto o bom quanto o mau atendimento", declara Consentini, alertando para a necessidade do uso de ferramentas seguras e que permitam o rastreamento dos procedimentos.

O presidente da Comissão de Gestão destacou, ainda, a Inteligência Artificial (IA) como grande potencial de revolução cultural, tecnológica e educacional. "O ideal é o trabalho conjunto do ser humano com a IA. Cada vez mais será necessário ensinar ética, sensibilidade, e quais perguntas fazer ao tutor e à IA."

Ética, documentação e novas tecnologias

A abertura do segundo dia de palestras contou com as presenças do presidente e do vice-presidente do Regional e teve painel com o tema "Pensando em perícia: como documentar?

"Todos nós médicos-veterinários temos que ter orgulho de tudo que a gente realiza e toda a contribuição que a gente dá para a sociedade" declarou a tesoureira, presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP e perita médica-veterinária, Rosemary Viola Bosch.

Técnica e legislação

A presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP destacou que não basta somente ser bom técnico, é preciso conhecer a lei e documentar todos os procedimentos, para permanecer na profissão e prevenir processos éticos, civis ou penais. Foram elencados como essenciais para conhecimento do profissional, o Decreto-Lei nº 4.657/1942, a Lei nº 5.517/1968, o Decreto nº 6.4704/1969, a Resolução CFMV nº 1.138/2016, e a Resolução CFMV nº 1.321/2020, os quais regulamentam a profissão, o Código de Ética do Médico-veterinário e os documentos utilizados no âmbito da clínica médico-veterinária.

Rosemary destacou a importância de melhorar a relação entre profissional e tutor de preencher adequadamente o prontuário – documento escrito e datado, sem rasuras ou emendas, emitido e assinado privativamente por médico-veterinário, que relata, cronologicamente, informações e dados acerca dos atendimentos – seja físico ou digital.

O prontuário deve conter informações claras sobre anamnese completa, histórico clínico, exames solicitados, diagnóstico, tratamento (dose, frequência, duração) e prognóstico. Deve constar informações precisas sobre pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório.

FREEDIK

Prontuário

Antes de qualquer procedimento, o médico-veterinário deve pedir a assinatura do tutor em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). "Na Resolução CFMV 1.321/2020, há modelos de termos de consentimento para diferentes procedimentos e eles podem ser adequados de acordo com a necessidade", explicou a presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica.

Com relação ao prontuário digital, é preciso fazer backups e ter acesso restrito e protegido das informações. Alguns documentos devem ser impressos e conter a assinatura do tutor. "Nesses casos, convém imprimir o documento, o tutor assinar e o médico-veterinário arquivar", disse.

Para Rosemary, o ideal é um prontuário híbrido. Lembrando que os prontuários devem ser guardados por cinco anos, contados do último atendimento ou do óbito do animal.

Relatório e denúncias

É indicada, ainda, a elaboração de um relatório, diferente do prontuário, que deve ser feito no momento em que se realiza o procedimento. A finalidade deste segundo documento é ter, de forma resumida, as informações sobre o tratamento do animal e constitui prova da conduta do médico-veterinário, protegendo-o de eventuais processos éticos, civis ou penais.

"A natureza de grande parte das denúncias éticas se refere a imperícia, imprudência ou negligência, como realizar cirurgias em consultórios ou sem condições adequadas; corresponsabilidade em acidente cirúrgico, especialmente, com relação ao responsável técnico do centro cirúrgico; negar fornecimento de laudo, prontuário, e relatórios; e dar alta ao paciente ainda anestesiado", afirmou Rosemary.

Além de conhecer a legislação, a tesoureira do CRMV-SP recomenda solicitar exames complementares antes de procedimentos cirúrgicos ou anestésicos; comunicar-se adequadamente com o tutor; e utilizar formulários de autorização de procedimentos, contendo custos e riscos envolvidos; e efetuar todos os registros necessários.

Perícia

A presidente da Comissão de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP, perita judicial e assistente técnica do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), Tália Missen Tremori, reforçou a crescente judicialização da Medicina Veterinária.

Entre os casos que mais geram processos na esfera cível, segundo Tália, estão erro médico, compra e venda de animais, e questões com petshops.

Segundo Tália, o valor médio de processos contra médicos-veterinários é de R$ 9.928,30; sendo que a inversão do ônus da prova é um fator de risco para condenação, ou seja, é o profissional que precisa provar o que fez ou não.

Ética

Conhecer o Código de Ética do Médico-veterinário e a educação continuada são essenciais ao profissional", ressaltou a presidente da Comissão de Medicina Veterinária Legal.

Com relação ao erro médico, Tália explica que a negligência ocorre quando se deixa de fazer o que deveria ter sido feito. "A imprudência acontece quando uma ação é realizada em uma situação em que não deveria ser feita; já a imperícia se dá quando não se tem habilidade para fazer algo."

Entre os documentos primordiais sobre o paciente e que devem ser mantidos pelos médicos-veterinários estão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cirurgia e anestesia separados), o prontuário, os receituários, os atestados de óbito, pareceres e laudos, relatórios e resultados de exames, carteira de vacinação, atestados de saúde, fichas de internação, planilhas de cálculos de medicamentos, entre outros.

Registro

Conforme artigo 3º da Resolução CFMV 1.321/2020, os documentos (exceto atestados sanitários, prontuários e carteiras de vacinação) devem ser emitidos em duas vias, sendo uma entregue ao tutor e a outra arquivada pelo médico-veterinário no prontuário. Sempre legíveis, datados e assinados.

Devem constar, ainda, as seguintes informações: nome completo e assinatura do médico-veterinário, número de inscrição no Sistema CFMV/CRMVs, endereço, telefone, e-mail e, se for o caso, identificação do estabelecimento (razão social, CNPJ e número de registro no Sistema CFMV/CRMVs); a descrição de todos os elementos que compõem o histórico do paciente em atendimento; informações que permitam a identificação do animal, como nome, sexo, raça, idade real ou presumida, cor de pelagem ou plumagem, sinais particulares, tatuagem, brinco, microchip, registro genealógico; e identificação do responsável pelo animal (nome completo, CPF e endereço completo).

Por fim, Tália reafirmou a necessidade de exercer a Medicina Veterinária dentro de preceitos éticos e legais; de contar com assistência jurídica e veterinária especializada; e da atualização contínua de toda a equipe, sempre prezando pelo bom relacionamento interpessoal. ■

Serviço – Acesse as palestras da 7ª Semana do Médico-veterinário pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=IQNhcroH27w

CRMV-SP CRIA GRUPO DE APOIO MÚTUO PARA MÉDICOS-VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS

Profissionais poderão compartilhar experiências, desafios e emoções relacionadas ao exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia

FREEPIK

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), por meio de sua Comissão Técnica de Responsabilidade Técnica, lança Grupo de Apoio Mútuo (GAM) para médicos-veterinários e zootecnistas, o "Cuidando de Quem Cuida", com a intenção de criar um ambiente seguro e acolhedor para os profissionais. As sessões serão iniciadas em janeiro e conduzidas por facilitadoras habilmente treinadas, que guiarão os encontros com sensibilidade, respeito e empatia.

O lançamento do grupo aconteceu durante o evento "Como cultivar o equilíbrio emocional do RT", realizado em setembro, por ocasião da campanha Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio e conscientização sobre a importância dos cuidados com a saúde mental. O cerne do GAM reside no Programa Cultivando o Equilíbrio Emocional (Cultivating Emotional Balance – CEB), cujo propósito é dotar os médicos-veterinários com as ferramentas necessárias para desenvolverem habilidades de equilíbrio emocional diante das demandas intrínsecas à prática profissional. Este esforço visa aprimorar a vitalidade e a satisfação no contexto laboral, fomentando assim um maior engajamento e bem-estar.

Sessões

Os encontros serão presenciais, na sede do CRMV-SP em São Paulo, e estarão abertos a todos os médicos-veterinários e zootecnistas, com disponibilidade de 30 participantes ao mês, com inscrição por meio de link a ser disponibilizado. A agenda para 2024 já foi organizada e a primeira sessão ocorrerá no dia 29/01. Os demais encontros a partir de fevereiro acontecerão na primeira segunda-feira de cada mês (com exceção de setembro), às 20 horas, com 1h10 de duração. Para se inscrever, acesse a plataforma CRMV-SP.

Estarão presentes a idealizadora, tesoureira e presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP, Rosemary Viola Bosch; a presidente da Comissão de Ciências de Animais de Laboratório do Regional, Luciana Cintra; a conselheira, Suely Stringari de Souza; e a psicóloga especialista em luto, Joelma Ruiz.

Vale salientar que as sessões não têm a pretensão de substituir terapia individual ou aconselhamento psicológico. No entanto, são uma ferramenta complementar valiosa para o enriquecimento da inteligência emocional e o o estímulo ao autoconhecimento e à construção de resiliência. Ao auxiliar a enfrentar o estresse, as pressões e as exigências emocionais das profissões de maneira mais eficaz, o GAM desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar geral. "O objetivo dos encontros é validar sentimentos, perdas, trocar informações, oferecer um espaço para escuta e apoio ao profissional", relata a psicóloga Joelma Ruiz. ■

Presidentes de Comissões do CRMV-SP se reúnem com presidente do CFMV

Os presidentes das Comissões Técnicas do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) estiveram reunidos, em setembro, com a Diretoria Executiva do CRMV-SP e com o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida, pela primeira vez, após a reforma do edifício-sede do Regional.

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, deu às boas-vindas aos presentes e falou da honra de ter representantes de diferentes segmentos e o presidente do Federal reunidos na nova estrutura, e repassou a satisfação da realização, em São Paulo, do I Encontro de Secretários-Gerais e Vice-Presidentes do Sistema CFMV/CRMVs, com homenagem da Assembleia Legislativa, e da 3ª Câmara Nacional de Presidentes.

Na reunião, o presidente do CFMV destacou a participação como presidentes e membros de comissões do CRMV-SP de expoentes de diversos segmentos da Medicina Veterinária e da Zootecnia, inclusive do associativismo. Almeida reforçou aos presidentes das comissões o apoio necessário para a enquete sobre o projeto de lei que pretende alterar a Lei Federal nº 5.517/1968 para incluir a realização de exame nacional de proficiência para o exercício profissional.

Entre os temas também estiveram a luta pela melhoria da qualidade do ensino da Medicina Veterinária e da Zootecnia, a modernização da fiscalização dos Conselhos Regionais e a importância da autofiscalização profissional. "O Conselho é de todos e cada um de nós é o Conselho e temos a obrigação de sermos responsáveis perante a sociedade", destacou Almeida.

ACERVO CRMV-SP

Regional paulista marca presença no I Encontro de Coordenadores de Curso de Medicina Veterinária do Ceará

O I Encontro de Coordenadores de Curso de Medicina Veterinária do Ceará, realizado, em agosto, na Assembleia Legislativa do estado do Ceará contou com a presença do presidente da Comissão de Técnica de Educação do CRMV-SP, Fábio Manhoso, que apresentou a palestra "Sistema de Certificação de Cursos de Medicina Veterinária e seu reflexo qualitativo".

O evento, que tem como objetivo promover a qualidade e o fortalecimento do ensino superior da profissão, registrou a presença de representantes de 12 dos 17 cursos de Medicina Veterinária do estado. Durante a palestra, Manhoso apresentou o Sistema de Certificação de Cursos de Graduação em Medicina Veterinária no estado de São Paulo, criado com o objetivo de estabelecer critérios de qualidade para instituições de ensino superior.

No evento, a presidente da Comissão de Educação do CRMV-CE, Maria do Socorro Vieira dos Santos, apresentou, inspirada no Regional paulista, a Resolução do Regional cearense, que estabelece a criação do Sistema de Certificação de Cursos de Graduação em Medicina Veterinária no estado do Ceará.

ARQUIVO PESSOAL/FÁBIO MANHOSO

Conselho participa do I Fórum e XXV Seminário das Comissões Nacional e Regionais de Educação da Medicina Veterinária

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) participou do I Fórum e XXV Seminário das Comissões Nacional e Regionais de Educação da Medicina Veterinária, promovido pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), na Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro), em Brasília (DF).

Antonio José de Araújo Aguiar, membro da Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP esteve presente no evento, que tem por objetivo discutir temas de interesse sobre a educação e os cursos superiores de Medicina Veterinária. Aguiar levou as propostas do Regional e compartilhou as ações que estão sendo desenvolvidas na área, como a preocupação com a qualidade da educação nos cursos de Medicina Veterinária e o Projeto Melhor Escolha, iniciativa para auxiliar quem pretende ingressar no ensino superior em Medicina Veterinária a escolher um bom curso.

ACERVO CRMV-SP

Aguiar e o presidente do CFMV, Francisco Cavalcanti de Almeida durante evento em Brasília (DF).

Comissão recebe integrantes da Defesa Civil

A Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária de Desastres do CRMV-SP recebeu, em agosto, a visita da Defesa Civil do estado de São Paulo, em continuidade a parceria firmada entre as instituições. O presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida também esteve no encontro.

ACERVO CRMV-SP

Comissão de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP participa do I Encontro de Perícia Médica-veterinária e Direito

I Encontro Nacional de Perícia Médica-veterinária e Direito, aconteceu em julho, no auditório da OAB São Paulo, com a participação de componentes da Comissão de Medicina Veterinária Legal do CRMV-SP (CTMVL/CRMV-SP). Estavam presencialmente as médicas-veterinárias Ana Cristina Tasaka – que apresentou a palestra "O uso de métodos adequados de solução de controvérsias: A experiência de uma médica-veterinária" – e Angela Maria Branco; e de maneira virtual a presidente da Comissão, Tália Missen Tremori, que participará de um grupo de trabalho para elaboração do Manual de Laudo Pericial da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal (ABMVL).

No evento, houve ainda a eleição e posse da nova gestão da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal. A médica-veterinária integrante da CTMVL/CRMV-SP, Angela Maria Branco, participou da Comissão Eleitoral. Tamarini Arlas, Aline Rodrigues, Lívia Peralva, Daniel Viana e Elan Cardozo foram os eleitos, sendo os dois últimos para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente.

ACERVO CRMV-SP

Ex-superintendente federal toma posse na Comissão do Agronegócio

A médica-veterinária, mestre e doutora em Ciência de Alimentos, Andréa Figueiredo Procópio de Moura, é a nova integrante da Comissão Estadual do Agronegócio do CRMV-SP. Auditora fiscal agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) desde 2004, Andréa foi superintendente federal de Agricultura no estado de São Paulo de 2018 a 2023.

A posse, que aconteceu durante reunião da Comissão, em julho, contou com as presenças do presidente da autarquia, Odemilson Donizete Mossero; da tesoureira Rosemary Viola Bosch; e do secretário-geral, também presidente da Comissão, Fernando Buchala.

ACERVO CRMV-SP

Representantes do Conselho tomam posse na Apamvet

Em cerimônia realizada, em julho, no Anfiteatro Camargo Guarnieri da Universidade de São Paulo (USP), tomaram posse na Academia Paulista de Medicina Veterinária (Apamvet) três representantes do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP). A celebração, que teve a presença de autoridades da Medicina Veterinária, contou com discurso do presidente do Regional Odemilson Donizete Mossero.

ACERVO CRMV-SP

Da esq. para dir.: Helenice de Souza Spinosa, membro da Comissão Técnica de Educação e do Grupo de Trabalho sobre Cannabis Medicinal na Medicina Veterinária; Agar Costa Alexandrino de Perez, presidente da Comissão de Aquicultura; e Masao Iwasaki, membro da Comissão Técnica de Política Públicas.

Comissão de Resgate Técnico Animal participa de ação junto à Defesa Civil no Metrô

A Comissão de Resgate Técnico Animal e Medicina Veterinária do CRMV-SP participou de ação emergencial da Defesa Civil do estado de São Paulo, em julho, na estação de metrô Dom Pedro II, na capital paulista, onde abrigo para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade foi aberto devido às baixas temperaturas. O espaço tem capacidade para abrigar até 100 pessoas e permite a entrada com animais de companhia, por isso a presença da Comissão Técnica do Conselho. A ação conjunta é fruto do recente protocolo de intenções celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Casa Militar (Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil) e o CRMV-SP.

ACERVO CRMV-SP

CRMV-SP participa da 17ª Conferência Nacional de Saúde

Realizada, em julho, em Brasília (DF), a 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) discutiu propostas sobre Saúde Única e as diretrizes que subsidiarão a elaboração do Plano Nacional de Saúde e do Plano Plurianual 2024-2027, previstos no planejamento da União.
Mário Ramos, membro da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do Regional paulista, participou da 17ª CNS como médico-veterinário delegado, representando o CRMV-SP. No evento, foram aprovadas uma diretriz e duas propostas oriundas do IX Seminário Nacional em Saúde Pública Veterinária e do IX Fórum das Comissões Nacional e Regionais de Saúde Pública Veterinária do Sistema CFMV/CRMVs, eventos realizados no ano passado, na sede do CRMV-SP, e reconhecidos como Conferência Livre Nacional pelo Conselho Nacional de Saúde. ■

ACERVO CRMV-SP

Da esq. para dir.: Rosemeire Sena Lopes, delegada do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo; Mário Ramos, membro da Comissão Técnica de Saúde Pública do CRMV-SP e delegado eleito durante Conferência Livre Nacional realizada em São Paulo; Geraldo Vieira Andrade Filho, membro da Comissão Nacional de Saúde Pública Veterinária (CNSPV) do CFMV; Josué Oliveira Moreira, membro da CNSPV/CFMV; Nélio Batista de Morais, presidente da CNSPV/CFMV; José Renato de Rezende Costa delegado por Minas Gerais; Phyllis Catharina Romijn, membro da CNSPV/CFMV; e Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior, membro da CNSPV/CFMV.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo

COMUNICADOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 97ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP nos autos do Processo Ético-profissional nº 0042/2019, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário Thiago Martins Popper, inscrito neste Regional sob o CRMV-SP nº 40.993-VP, pela violação aos Artigos 8º, incisos IX e XI e 9°, inciso I, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário da 147ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP nos autos do Processo Ético-profissional nº 0078/2017, vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária Luciana Eliza Magnatti Japur Rosa, inscrita neste Regional sob o CRMV-SP nº 08.644-VP, pela violação aos Artigos 1º, 3°, 8°, inciso XII e 9º, inciso I, do Código de Ética do Médico-veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016).

Méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero
CRMV-SP nº 02.889
Presidente

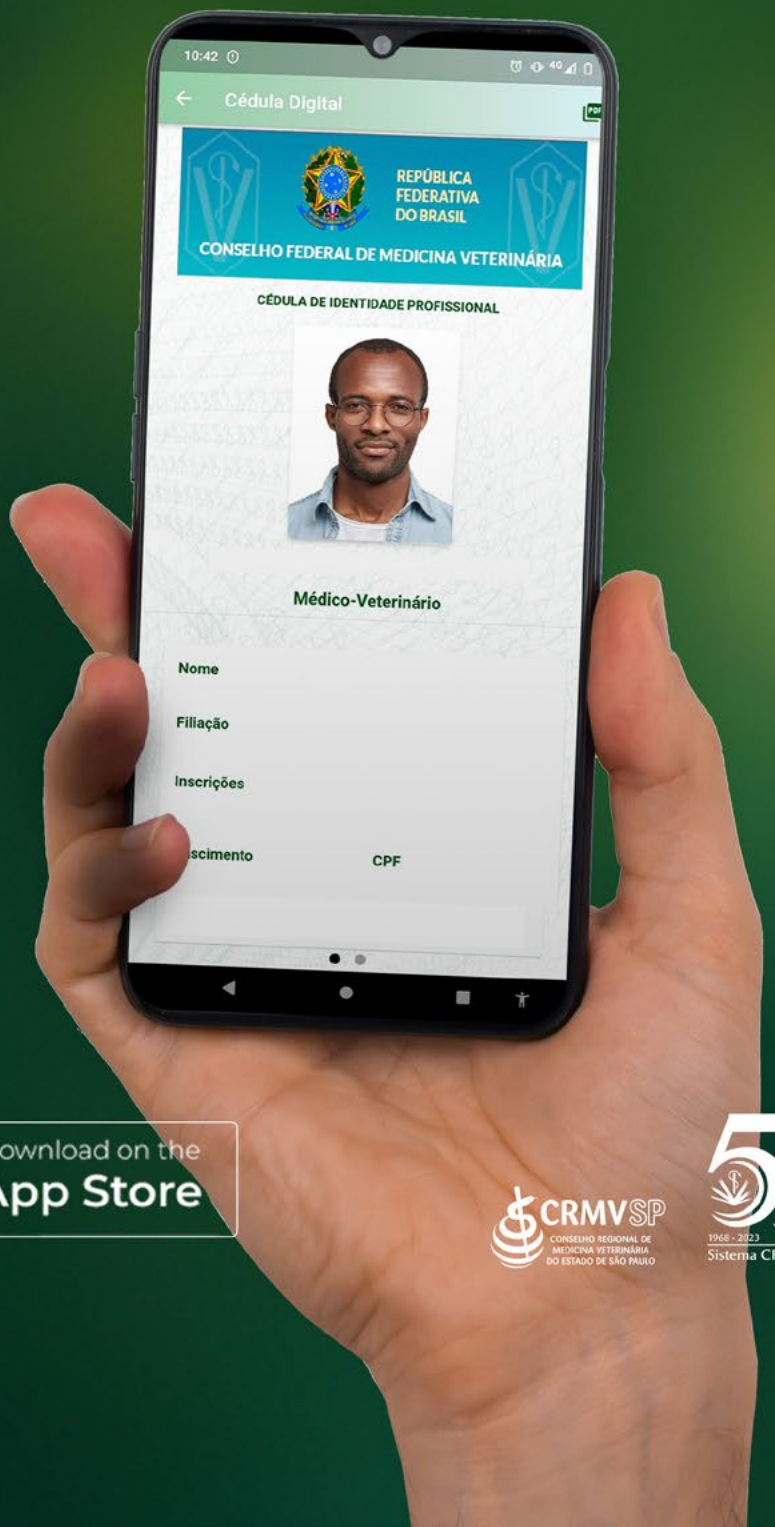
TRANSPARÊNCIA

Julho a Setembro de 2023	Resumo (R$)
SALDO BANCÁRIO INICIAL	50.620.884,08
Receitas	
Anuidades Pessoas Físicas/Jurídicas	9.355.311,38
Multas p/ Infração	51.390,34
Honorários Advocatícios	213.138,88
Ressarcimentos	-
Rentabilidade Aplicações	1.494.378,00
Total Receitas	**11.114.218,60**
Despesas	
Salários/Férias/13º Salário	2.510.484,72
Benefícios/Encargos	2.574.276,57
Material de Consumo	59.992,24
Aluguéis/condomínios/IPTU/Seguros	423.366,39
Telefone/Energia Elétrica/Água	58.161,00
Diárias Dir/Cons/Assess/Servidores	529.852,72
Desp. Transp. Dir/Cons/Ass/Servidores	210.544,01
Auxílio Representação	3.000,00
Auxílio Despesas	22.422,00
Serviços de Terceiros	347.261,34
Manutenção e Conservação de Bens	431.109,12
Suprimentos Delegacias e Fiscais	17.121,19
Serviços de Informática	245.903,92
Indenizações e Restituições	5.512,69
Repasse Honorários Advocatícios	88.427,52
Desp. Ações Executivas	42.909,33
Serviços Postais e Telegráficos	277.632,46
Serviços Divulgação e Publicidade	7.387,66
Impostos, Taxas, Tarifas, Pedágio	102,78
Assinaturas e Periódicos	-
Convênios	15.822,00
Cota Parte CFMV	2.372.655,37
Despesas Bancárias	51.061,68
Compra de Bens	2.071.125,60
Total Despesas	**12.366.132,31**
SALDO BANCÁRIO FINAL	49.368.970,37
Composição Saldo Bancário	
Bco Brasil - BB CDB DI	28.631.448,03
BB - Arrecadação Bancária	-
BB - Conta Movimento	-
BB - Conta Multas	-
BB - Conta Honorários	89.152,22
CEF - CDB FLEX	20.610.849,44
CEF - Santa Cruz	37.520,68
Total	**49.368.970,37**

RECADASTRAMENTO PROFISSIONAL

ESTÁ DÍSPONIVEL!

Confira as instruções e baixe o app da cédula digital



Available on the Google Play

Download on the App Store

CRMV SP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1968 - 2023 55 ANOS
Sistema CFMV/CRMVs